

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA

MIRAIR AUGUSTINO KEMPFER

**TECNIFICAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA E O COOPERATIVISMO:
PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DA
JUVENTUDE NO CAMPO EM CUNHA PORÃ/SC**

CHAPECÓ
2021

MIRAIR AUGUSTINO KEMPFER

**TECNIFICAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA E O COOPERATIVISMO:
PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DA
JUVENTUDE NO CAMPO EM CUNHA PORÃ/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Lídia Lúcia Antongiovanni

CHAPECÓ

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Kempfer, Mirair Augustino
Tecnificação da bovinocultura leiteira e o
cooperativismo: Princípio da educação, formação e
informação e permanência da juventude no campo em Cunha
Porã/SC / Mirair Augustino Kempfer. -- 2021.
77 f.:il.

Orientadora: Doutora em Geografia Lídia Lúcia
Antongiovanni.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Geografia, Chapecó, SC, 2021.

1. Cooperativismo 2. Juventude. 3. Formação Rural. 4.
Modernização Agrícola. 5. Cunha Porã. I. Antongiovanni.,
Lídia Lúcia, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

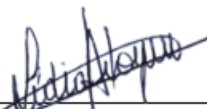
MIRAIR AUGUSTINO KEMPFER

**TECNIFICAÇÃO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA E O
COOPERATIVISMO: PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E
INFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO CAMPO EM CUNHA
PORÃ/SC**

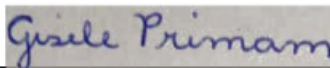
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 06/08/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Lúcia Antongiovanni - UFFS
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Gisele Leite de Lima Primam - UFFS
Avaliadora



Prof. Dr. Marlon Brandt - UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e por ser meu refúgio nas horas difíceis e meu alento nos momentos de alegria.

À Universidade, por proporcionar um ambiente de ensino e aprendizagem acolhedor ao longo dos últimos anos da minha vida.

Aos professores do curso que sempre tive respeito e admiração pelo excelente profissionalismo e qualidade de ensino de cada um em particular.

À Prof.^a Dr.^a Lídia Lúcia Antongiovanni, por ser minha ilustre orientadora durante o processo de desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus pais Mirton e Nair, ao meu irmão Mirael, que sempre me apoiaram com muitos conselhos para que eu continuasse nessa jornada acadêmica.

Por fim, agradeço a todos colegas e amigos que de alguma forma compartilharam momentos comigo em trabalhos acadêmicos, grupos de estudo e outras ocasiões.

O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. (SANTOS, 2006, p. 172).

RESUMO

Na região Sul do Brasil a agropecuária é a principal atividade econômica e o Oeste de Santa Catarina, região onde situa-se nosso objeto de estudo, participa com um grande volume de produção nesta área destacando-se a produção de carnes e da bovinocultura do leite, constituindo-se uma das principais regiões leiteiras do país. Ao mesmo tempo que se desenvolvem as agroindústrias emerge o cooperativismo, que historicamente marca a organização da atividade rural no Sul do Brasil. Estas cooperativas cujas origens remontam às primeiras organizadas na Europa no século XIX, chegam sob a influência dos migrantes europeus que se instalam no Brasil, especialmente a partir do Sul do país. As cooperativas, que têm como uma das principais características promover o desenvolvimento regional e local a partir da associação de agricultores e suas famílias, em conjunto com outras entidades, realizam diversas ações. Buscamos neste estudo, analisar uma destas ações que é o princípio cooperativista da educação, formação e informação muito difundido pelas famílias rurais através de cursos de capacitação da juventude rural. Realizamos tal análise estudando as ações da Cooperativa Regional Auriverde e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina no município de Cunha Porã, sobretudo em torno da produção leiteira. Analisamos quais são estes processos formativos e como são difundidos no território contribuindo para a configuração de psicoferas e tecnoferas, ampliando a constituição do meio técnico científico informacional. Uma tecnificação que historicamente vem dificultando a permanência do jovem no campo, neste caso, vem promovendo uma permanência com características específicas. Ocorre um processo de valorização do trabalho e com a perspectiva para a geração de renda e da valorização do modo de vida rural que, mesmo agregado à grande agroindústria, vem permitindo esta permanência do jovem apontando transformações na forma de organizar e produzir permitindo, em parte, a sucessão familiar. Tecemos algumas considerações sobre as implicações deste tripé *Agrobussines*, Cooperativa, Agricultura familiar, no qual as cooperativas e entidades do governo são as mediadoras e difusoras de ciência, tecnologia e informação.

Palavras-chave: Cooperativismo. Juventude. Formação Rural. Modernização Agrícola. Cunha Porã.

ABSTRACT

In the south of Brazil, farming is the main economic activity and the West of Santa Catarina, region where our object of study lies, participates with a great volume of production on this area, especially in the production of meats and milk-cattle raising activities, standing out as one of the main milking regions of the country. At the same time in which the agro-industries develop, cooperativism emerges, which historically marks the organization of rural activity in the South of Brazil. These cooperatives, whose origins date back to the first ones organized in Europe in the nineteenth century, arrive under the influence of European migrants who settled in Brazil, especially in the South of the country. The cooperatives, who have as one of their defining characteristics promoting regional and local development through the association of farmers and their families, alongside other entities, perform many actions. We aimed in this study to analyze one of these actions that is the cooperative principle of education, training and information, broadly disseminated by rural families through youth training courses. We performed an analysis studying the actions of Aurivide's Regional Cooperative (Cooperativa Regional Auriverde) and of the Company of Rural Reserch and Extension of Santa Catarina (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) in the municipality of Cunha Porã, overall regarding dairy production. We analyzed what are these formative processes and how they are disseminated in the territory, contributing to the configuration of psychospheres and technospheres, widening the constitution of the technical-scientific-informational milieu. A technification that has historically been hindering the permanence of youth on the countryside, and on this case, has been promoting a permanence with specific characteristics. There is a process of labor appreciation, with perspective of income generation and appreciation of the rural lifestyle that, even related to the great agroindustry, has been allowing the permanence of the youth leading to transformation on organization and productions methods, allowing, in part, the familiar succession. We drew some considerations regarding the implications of this Agribusiness tripod, Cooperative, familiar Agriculture, in which the cooperatives and government entities are mediators and diffusors of science, technology and information.

Keywords: Cooperativism. Youth. Rural training. Agricultural Modernization. Cunha Porã.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Cunha Porã na Mesorregião Oeste Catarinense	14
Figura 2 - Área disputada na Guerra do Contestado	24
Figura 3 - Município de Chapecó - 1917	25
Figura 4 - Empreendimentos colonizadores do Médio e Extremo Oeste de Santa Catarina.....	26
Figura 5 - Cunha Porã: Localização do município e das principais rodovias	33
Figura 6 - Fotografia da vila de Cunhaporá - 1950	34
Figura 7 - Localização das unidades da Cooperativa Auriverde no Oeste Catarinense	37
Figura 8 - Cooperativas filiadas da FECOAGRO	41
Figura 9 - Localização das unidades da Sicoob Credial no Oeste Catarinense	43
Figura 10 - Formandos JovemCoop - 2015	50
Figura 11 - Guia de boas práticas na pecuária de leite	51
Figura 12 - Capacitação da juventude rural	52
Figura 13 - Sistema de produção de leite a pasto no interior de Cunha Porã.....	56
Figura 14 - Irrigação de pastagens	57
Figura 15 - Vacas pastejando em sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	58
Figura 16 - Sistema de alimentação de vacas em regime de confinamento	61
Figura 17 - Sistema de criação: <i>Free-Stall</i>	61
Figura 18 - Sistema de criação: <i>Compost Barn</i>	62
Figura 19 - Ordenha manual	63
Figura 20 - Ordenha balde ao pé	63
Figura 21 - Ordenha canalizada	64
Figura 22 - Armazenamento do leite	64

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Princípios do Cooperativismo	17
Quadro 2 - Estatísticas do Cooperativismo Catarinense - 2020	32
Gráfico 1 - Equipamentos e serviços presentes nas propriedades da 29ª ADR - 2017	53
Quadro 3 - Sistemas de criação	55
Quadro 4 - Principais municípios produtores de leite da Microrregião de Chapecó - 2019	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil	19
Tabela 2 - Números do cooperativismo - por ramo (2019)	21
Tabela 3 - Panorama das cooperativas do Ramo Agropecuário do Brasil (por região) - 2019	22
Tabela 4 - Panorama das cooperativas do Ramo de Crédito do Brasil (por região) - 2019	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

AURIVERDE	Cooperativa Regional Auriverde
AURORA	Cooperativa Central Aurora Alimentos
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FECOAGRO	Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ELEMENTOS DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO EM CUNHA PORÃ	16
2.1 DAS ORIGENS DO COOPERATIVISMO EUROPEU DO SÉCULO XIX À SUA INSERÇÃO NO SUL DO BRASIL	16
2.2 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL OESTE CATARINENSE	23
2.3 ORIGENS DO COOPERATIVISMO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE.....	28
2.4 ORIGENS DO COOPERATIVISMO EM CUNHA PORÃ.....	32
3 PANORAMA ATUAL DO COOPERATIVISMO DE CUNHA PORÃ.....	36
4 PROCESSO DE INSERÇÃO DO JOVEM NA TECNIFICAÇÃO DA BOVINOCULTURA DE LEITE	45
4.1 OS SERVIÇOS DE APRENDIZAGEM RURAL COMO ELEMENTOS DA PSICOSFERA	45
4.2 NOVOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NA BOVINOCULTURA LEITEIRA CONSTITUINDO A TECNOSFERA.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

A região Oeste de Santa Catarina é caracterizada por ter uma economia fortemente baseada na agropecuária, constituída por várias empresas globalizadas. O cooperativismo, principalmente desde a década de 1960, torna-se nesse território uma alternativa de organização da comunidade rural em relação ao modelo das grandes corporações e como incentivadora para a permanência das famílias rurais no campo, bem como realiza uma mediação entre o *Agrobussines*¹ e a agricultura familiar.

É sabido que no Brasil o processo de urbanização crescente deriva em grande parte do êxodo rural, processo no qual especialmente os jovens, migram do campo para a cidade por diversos motivos, que vão desde o não acesso à terra, a estrutura da propriedade até limitações de acesso à modernização tecnológica imposta pelas grandes empresas que normatizam e controlam verticalmente os processos produtivos. Como este quadro tem tido uma tendência a se modificar, visamos neste trabalho compreender o papel de algumas ações do sistema cooperativista nesta transformação.

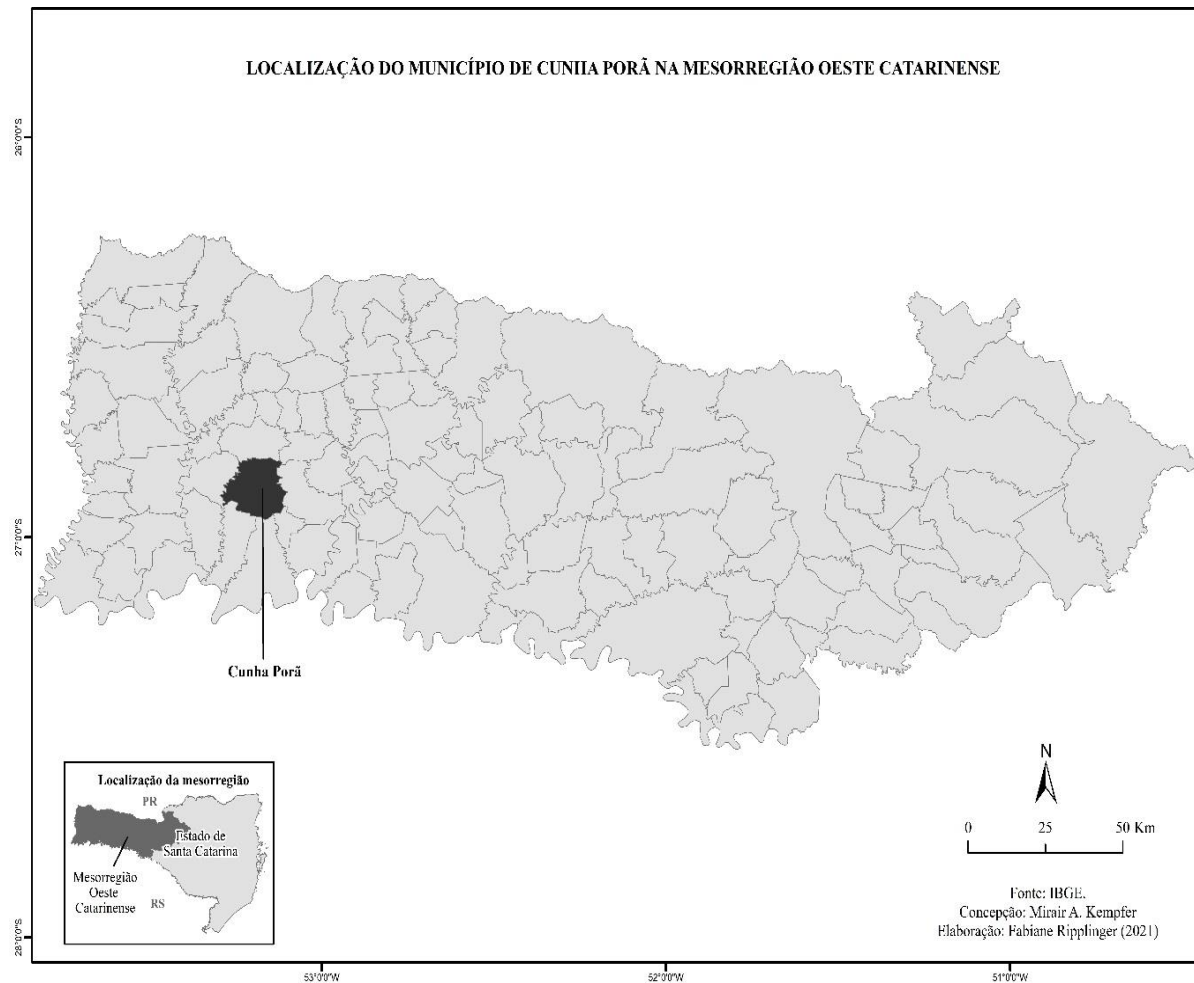
Vários programas sociais foram sendo construídos no sentido de fazer a população do campo conhecer o papel do cooperativismo e das possibilidades que esta forma de organizar a produção no campo apresenta, tais como: construir uma empresa rural que se adeque às famílias associadas, estratégias para modernizar a propriedade de acordo com normas vigentes incentivando a permanência num mercado bastante regulado e competitivo o que muitas vezes resulta na melhora da qualidade de vida. Apresentamos e analisamos alguns elementos dos circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação (CASTILLO; FREDERICO, 2010) que envolvem tanto o cooperativismo quanto suas conexões e que no caso trata-se principalmente da produção da atividade leiteira.

Com as noções de tecnosfera e psicofera (SANTOS, 2006), procuramos compreender quais aspectos dos processos formativos, da organização da comercialização, do sistema de crédito e da tecnificação do processo produtivo desenvolvidos pela Cooperativa Regional Auriverde e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina em Cunha Porã, abrem possibilidades para a permanência ou não do jovem no campo e quais são as possíveis implicações deste processo.

¹ *Agrobussines* diferencia de forma mais explícita o agro como negócio da agricultura familiar como categoria genérica (WANDERLEY, 1996) e que une o negócio com a vida no meio rural, seja proprietário ou não. Neste estudo em Cunha Porã, estamos denominando agricultor familiar aquelas famílias proprietárias de pequenas e médias propriedades, sobretudo formada por famílias de descendentes de migrantes europeus a partir do Rio Grande do Sul, conhecidos como colonos.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender o contexto da permanência dos jovens no campo no processo de tecnificação da bovinocultura leiteira em Cunha Porã, um município de aproximadamente 11 mil habitantes, localizado no Extremo Oeste Catarinense, distante cerca de 100 quilômetros de Chapecó-SC.

Figura 1: Localização do município de Cunha Porã na Mesorregião Oeste Catarinense



Fonte: IBGE. Concepção: Mirair A. Kempfer. Elaboração: Fabiane Ripplinger (2021).

O trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa organizada através de levantamentos bibliográficos e de uma análise empírica baseada na realidade vivenciada pelo autor em Cunha Porã, que é um dos municípios da região Oeste que têm uma relevante produção na atividade da bovinocultura leiteira, constituída sobretudo pelo trabalho da agricultura familiar aliado as ações de políticas públicas do governo do Estado para a agricultura e ao movimento cooperativista local e regional.

Nessa perspectiva, analisamos como é a difusão do princípio cooperativista da “educação, formação e informação” para a juventude do campo de Cunha Porã, a partir da oferta de cursos de capacitação rural disponibilizados pela AURIVERDE e EPAGRI que têm por objetivo instruí-los com novos conhecimentos sobre o papel do cooperativismo e da modernização das propriedades através da gestão e da inserção tecnológica. Problematicamos alguns elementos deste tripé constituído pelo Agrobussines/Cooperativa/Agricultura Familiar, que ao mesmo tempo que traz possibilidade pode (re)criar um processo de dependência.

No item 2, contextualizamos o surgimento do cooperativismo bem como suas principais características desde suas origens na Europa no século XIX até sua constituição como um elemento do processo de produção agrícola no Oeste de Santa Catarina. Apresentamos alguns elementos do processo de ocupação recente do território com a chegada de colonos de origem italiana e alemã, e sua relação com o início do cooperativismo tanto da Região Oeste Catarinense quanto no município de Cunha Porã.

No item 3, apresentamos uma análise do panorama atual do funcionamento da AURIVERDE e sua relação com a Cooperativa Central Aurora Alimentos e outras entidades. Dessa forma, trazemos elementos do circuito espacial da produção e círculos de cooperação e verificamos como estes elementos são vetores de verticalidades do processo de produção e como se dá no plano das horizontalidades a mediação no que diz respeito a normas de produção, de capacitação técnica e administrativa e de crédito.

No item 4, apresentamos e discutimos aspectos do processo de inserção do jovem na tecnificação da bovinocultura de leite através da difusão do chamado princípio cooperativista da “educação, formação e informação” em Cunha Porã pela AURIVERDE e EPAGRI, buscando compreender as conexões no processo de estímulo à permanência do jovem no campo, a partir do investimento em modernizações do processo produtivo na propriedade integrada ao circuito leiteiro bem como da aquisição de conhecimentos e orientações específicos da produção e gerais para a administração dos negócios nos estabelecimentos agropecuários.

Por fim, a título de considerações finais discutimos este aspecto tão importante no que diz respeito à agricultura familiar que é a permanência do jovem no campo num processo de dependência da bovinocultura de leite em expansão contínua, promovendo ao mesmo tempo uma melhora nas condições de vida e uma permanência dependente do mercado global mas que a médio e longo prazos podem reproduzir o ciclo anterior de migração para os centros urbanos.

2 ELEMENTOS DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO EM CUNHA PORÃ

Neste capítulo, apresentamos elementos das origens, conceitos, dados e classificações do cooperativismo em geral e de suas características no Brasil para em seguida apresentar o processo de organização das cooperativas no Oeste Catarinense e no município de Cunha Porã.

2.1 DAS ORIGENS DO COOPERATIVISMO EUROPEU DO SÉCULO XIX À SUA INSERÇÃO NO SUL DO BRASIL

Um dos elementos que marca o cenário rural brasileiro é o sistema cooperativista. A agropecuária é um dos setores que mais incorporou modernizações nas últimas décadas que se difundem e territorializam-se, entre outros processos, através da assistência técnica e dos serviços prestados nos estabelecimentos agropecuários pelas cooperativas e entidades governamentais. Para melhor compreender este processo traçamos um histórico sobre a origem do cooperativismo brasileiro. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o cooperativismo teve origem no continente europeu:

O movimento cooperativista teve origem, na cidade de Manchester (Inglaterra), no bairro de *Rochdale*, quando um grupo de 28 tecelões, no dia 21 de dezembro de 1844, decidiu fundar a primeira cooperativa do mundo.

Os pioneiros de *Rochdale*, inicialmente, se reuniram, discutiram suas idéias, estabeleceram condutas, definiram seus objetivos, e traçaram metas, que tinham como foco a organização social do grupo.

Após doze meses, esses operários conseguiram economizar 28 libras, valor necessário para abrirem um pequeno armazém cooperativo para oferecer aos seus associados, artigos de primeira necessidade e vários outros serviços promovendo, assim, melhores condições de vida. E aí foi criada a primeira cooperativa de consumo.

Com o sucesso da cooperativa de Rochdale, as cooperativas de consumo foram se multiplicando pela Europa e desencadeando em todo o mundo a criação de outras cooperativas de vários ramos da atividade econômica, tendo sempre como base os mesmos princípios estabelecidos pelos pioneiros. (BRASIL, 2008, p. 7).

Desde o ano de 1844 os princípios cooperativistas foram sendo atualizados. De acordo com BRASIL (2008, p. 7), “A última revisão aconteceu durante a realização do Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, na cidade de Manchester (Inglaterra), em 1995.” No Quadro 1 a seguir podemos observar quais são os princípios cooperativistas que servem para nortear o funcionamento das cooperativas que surgiram no mundo afora.

Quadro 1 - Princípios do Cooperativismo

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	
1. Adesão voluntária e livre	Cooperativas são organizações voluntárias, abertas à participação de todos, sem discriminação de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer os direitos e deveres do associado e decidir se tem condições de cumprir com as normas estabelecidas no estatuto social da cooperativa. Excepcionalmente a cooperativa poderá não aceitar a associação, nos casos em que os interesses do proponente estejam em conflito com os da cooperativa (atividades paralelas) ou por impossibilidade técnica de prestação de serviço.
2. Gestão democrática pelos membros	Os cooperados, reunidos em assembleias gerais, democraticamente, participam das decisões, bem como, elegem seus representantes para administrar a cooperativa. Os membros possuem igual direito de voto (cada pessoa = um voto), não importando a quantidade de cotas de cada associado.
3. Participação econômica dos membros	Todos os cooperados contribuem igualmente para a formação do capital social da cooperativa, e o controlam democraticamente.
4. Autonomia e independência	As cooperativas são empreendimentos controlados pelos seus associados, que são os donos do negócio. O controle democrático dos membros deve ser garantido quando são firmados acordos, com outras organizações, incluindo órgãos de governo, ou quando levantam recursos externos.
5. Educação, formação e informação	A cooperativa tem como objetivo permanente destinar ações e recursos para educar, formar e capacitar seus associados, dirigentes, conselheiros e empregados, para a prática do cooperativismo e para o uso de técnicas e equipamentos no processo de produção e comercialização. O bom funcionamento da cooperativa depende da participação consciente e organizada dos associados. Importante também é informar o público em geral, em especial a jovens e líderes de opinião, sobre as vantagens da cooperação.
6. Intercooperação	O trabalho conjunto das cooperativas com a utilização de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, fortalecem o movimento cooperativista e atendem de forma mais eficaz aos seus associados. É importante que haja intercâmbio de informações, produtos e serviços entre cooperativas do mesmo ramo, como também, entre cooperativas de ramos diferentes. Ao negociarem entre si, as cooperativas possibilitam que o capital gire dentro do próprio setor, fortalecendo-o e semeando seu crescimento.
7. Interesse pela Comunidade	As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos seus associados. A cooperativa não funciona de forma isolada, tem que estar comprometida com a sociedade onde está inserida.

Fonte: BRASIL (2008). Elaborado pelo autor.

As cooperativas prosperaram pela Europa durante o século XIX. Com a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil no final do século XIX e início do século XX, é trazida a noção de cooperativismo. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2020, não paginado), foi no estado de Minas Gerais, no ano de 1889 que se iniciou o movimento do

cooperativismo no Brasil, “[...] com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto - cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas e também nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.” Nos estudos realizados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Alves (2003, p. 22) afirma que a:

[...] primeira onda cooperativista no meio rural brasileiro teve como atores principais as famílias de imigrantes que vinham desembarcando no país desde as últimas décadas do séc. XIX. Embora a maioria dos imigrantes tenha se fixado nas regiões produtoras de café, muitos se encaminharam para os estados do sul, estabelecendo-se em pequenas propriedades agrícolas, cuja produção visava principalmente a subsistência familiar. Durante um longo período, as políticas governamentais negligenciaram essas massas de imigrantes, que, na ausência do Estado, tiveram de buscar soluções próprias para os seus problemas, o que se deu, em muitos casos, por meio da criação de cooperativas.

Dessa forma, ao longo do tempo, as cooperativas começaram a surgir gradativamente pelo território brasileiro. Segundo a OCB (2020, não paginado), somente no início do século XX, surgiu a primeira cooperativa de crédito no Brasil:

Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, que continua até hoje em atividade. Com sede em Nova Petrópolis (RS), a cooperativa foi a solução encontrada por Amstad para melhorar as vidas dos moradores do município, que até então não contava com nenhum banco. A partir de 1906, foi a vez de surgirem as cooperativas agropecuárias, idealizadas por produtores rurais e por imigrantes, especialmente de origem alemã e italiana. Esses “brasileiros de coração” trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a se organizar em cooperativas.

Atualmente existem vários tipos de cooperativas com diferentes definições. Segundo Cardoso (2014, p. 09):

O termo cooperativa possui várias definições na literatura especializada que variam conforme a época e o viés doutrinário em que foram elaboradas. Considerando a multiplicidade de aspectos que tal definição deve incorporar, fica difícil encontrar um conceito que expresse em uma única frase essa multiplicidade. O que se busca é uma aproximação, que relaciona os principais elementos encontrados na maioria das definições.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA traz a seguinte definição de cooperativa: “É uma associação autônoma de no mínimo vinte pessoas, unidas voluntariamente para atender necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio

de uma empresa de propriedade coletiva e de controle democrático dos associados.” (BRASIL, 2008, p. 12). Para Cardoso (2014, p. 11):

Uma cooperativa se diferencia de outros tipos de associações de pessoas por seu caráter essencialmente econômico. A sua finalidade é colocar os produtos e serviços de seus cooperados no mercado, em condições mais vantajosas do que eles teriam isoladamente. Desse modo, a cooperativa pode ser entendida como uma “empresa” que presta serviços aos seus cooperados.

Tabela 1 - Diferenças entre Sociedade Cooperativa e Sociedade Mercantil

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE MERCANTIL
O principal é o homem.	O principal é o capital.
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada pessoa conta como um voto na assembleia.	Cada cota ou ação conta um voto na assembleia.
O controle é democrático	O controle é financeiro
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As cotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta o intermediário.	São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações.
Aberta à participação de novos cooperados.	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida.	Contrata o trabalhador como força de trabalho.
Defende preços justos.	Defende o maior preço possível.
Promove a integração entre as cooperativas.	Promove a concorrência entre as sociedades.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico.

Fonte: BRASIL (2008).

No surgimento das cooperativas agropecuárias no Brasil a partir do associativismo as cooperativas estabelecem uma constante relação econômica e social com seus sócios cooperados. De acordo com Oliveira (2010 *apud* SOARES; MACÊDO; SILVA, 2019, p. 8491):

[...] o associativismo foi ganhando espaço e relevância dentro do meio rural brasileiro, por possibilitar que os produtores conseguissem recursos provenientes das políticas públicas, e o desenvolvimento das famílias se tornou grande, conseguindo abranger desde a área econômica, política, social até a cultural.

Dessa forma, através do associativismo os produtores rurais foram sendo integrados no cooperativismo. As cooperativas por sua vez tiveram por objetivo contribuir com os associados na busca de suprir as suas necessidades econômicas através das ações realizadas pelo

assistencialismo técnico realizado nas propriedades rurais. Neste contexto, as cooperativas demonstravam ter um grande poder de organizar o sistema de produção agropecuário. Para Soares, Macêdo e Silva (2019, p. 8492):

[...] o associativismo busca unir as pessoas com o intuito de fornecer uma base de conhecimento de direitos e outros meios que não englobem o fator financeiro, já o cooperativismo possui caráter econômico, busca melhoria e crescimento dos negócios para os indivíduos, em que a participação comunitária com visão financeira abre as portas para o crescimento de um determinado negócio, pois o desenvolvimento do grupo de indivíduos é expresso de várias maneiras, como fortalecimento da atividade, o aumento de competitividade no mercado, melhoria de infraestrutura, dentre outras.

Sendo assim, as cooperativas do ramo agropecuário foram organizando o circuito espacial produtivo de várias atividades agrícolas com o apoio do Estado. De acordo com Alves (2003, *apud* SCHMITZ, 2019, p. 48):

O desenvolvimento do cooperativismo agropecuário brasileiro entre 1950 - 1970 teve tamanho desempenho devido principalmente ao forte amparo fornecido pelo Estado ao setor. Os pequenos produtores viam vantagens em se organizar em forma de cooperativas, pois essas permitiam o acesso ao crédito oficial, garantia da comercialização de sua produção, utilização de insumos industriais e assistência técnica das cooperativas.

A partir da década de 1950, com a chegada do advento da chamada “Revolução Verde” a ciência e a tecnologia foram se estabelecendo no campo através da tecnificação da agricultura. O início deste período marcou uma fase de reconfiguração do cenário produtivo rural brasileiro com a consolidação da inserção dos pacotes tecnológicos na agricultura brasileira. Naquele contexto, segundo Alves (2003, p. 24), “A pretendida “Revolução Verde” acabou ocorrendo, de forma mais intensa, a partir da década de 1960, tendo como principais elementos, a difusão de relações de trabalho capitalistas no meio rural e a incorporação de insumos industriais à tecnologia de produção.” Para Suzuki (2007, p. 91), “A modernização do campo e da agricultura está inserida no contexto da valorização de um conhecimento tecnocientífico, provocada pela ascensão do capitalismo industrial europeu, que vai se delineando nos projetos pensados e implantados durante o século XIX no Brasil.”








Dessa forma, com a chamada Revolução Verde, no Pós-guerra Mundial (1945) e mais intensamente a partir da década de 1960, intensifica também a formação de cooperativas no Brasil que foram se estabelecendo em diversos lugares para organizar a produção e a circulação dos produtos agrícolas. De acordo com Suzuki (2007, p. 93),

[...] o momento pós-guerra é a fase mais contundente das transformações na base técnica da agricultura e de alteração nas relações de trabalho, com intensificação do trabalho assalariado. Mas apenas isso: a fase última, com forte presença da indústria na agricultura, constituindo os complexos agroindustriais, cujos vínculos são para além de algumas linhas de relações, já que sua estrutura se estabelece em rede, em que a cidade é ponto nodal para a realização da atividade de produção, bem como da circulação dos seus produtos, particularmente no que concerne às commodities agrícolas.

A regulamentação jurídica do cooperativismo no Brasil ocorreu através da implementação da Lei Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que “Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.” (BRASIL, 1971). Assim, as cooperativas de diferentes ramos começaram a surgir e se espalhar por todas as partes do território brasileiro. Atualmente, existem vários tipos de cooperativas no Brasil. Segundo a OCB (2020), existem sete ramos do cooperativismo: Agropecuário; Consumo; Crédito; Infraestrutura; Saúde; Trabalho, Produção de Bens e Serviços, e Transporte.

Como podemos observar na Tabela 2 abaixo, as cooperativas do ramo agropecuário são as mais predominantes no Brasil, são 1.223 cooperativas no total que geram o maior número de empregos, 207.201. Já as cooperativas do ramo de crédito são as que têm o maior número de cooperados, 10.786.317. Na Tabela 2 a seguir estão destacados o número de cooperativas, de cooperados e empregados de cada um dos sete ramos do cooperativismo existentes no Brasil.

Tabela 2 - Números do cooperativismo - por ramo (2019)

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
 Agropecuário	1.223	992.111	207.201
 Consumo	263	2.025.545	14.841
 Crédito	827	10.786.317	71.740
 Infraestrutura	265	1.138.786	7.315
 Saúde	783	275.915	108.189
 Trabalho, Produção de Bens e Serviços	860	221.134	9.759
 Transporte	1.093	99.568	8.531
Total	5.314	15.539.376	427.576

Fonte: OCB (2020).

Segundo a OCB (2020), no ano de 2019, havia 5.314 cooperativas com registros ativos. Essas cooperativas somam mais de 15 milhões de cooperados e geram 427.576 de empregos formais. Além disso, o cooperativismo tem uma grande importância para o movimento econômico do país.

Ainda segundo a OCB (2020, p. 25), “Com mais de 100 anos de existência, as cooperativas agropecuárias abastecem os lares brasileiros com alimentos e por meio da implementação de novas tecnologias, levam modernização ao campo.” Confira na Tabela 3 a seguir como estão distribuídas as cooperativas do ramo agropecuário em cada região do Brasil, bem como o número de cooperados e empregados que estão inseridos neste ramo. Em destaque, observe os números expressivos de cooperados e empregados neste ramo cooperativista na região Sul do Brasil.

Tabela 3 - Panorama das cooperativas do Ramo Agropecuário do Brasil (por região) - 2019

Região Norte	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	212	10.321	918
Região Nordeste	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	223	24.225	3.191
Região Centro-Oeste	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	168	44.022	10.011
Região Sudeste	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	389	343.246	30.855
Região Sul	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	231	570.297	162.226

Fonte: OCB (2020).

Já na Tabela 4 a seguir, podemos perceber como é expressivo o número de cooperados nas cooperativas de crédito que se concentram na região Sul do Brasil. São quase seis milhões de cooperados distribuídos em 198 cooperativas de crédito. Isso demonstra que há uma grande demanda de serviços para a oferta de crédito aos produtores do setor agropecuário.

Tabela 4 - Panorama das cooperativas do Ramo de Crédito do Brasil (por região) - 2019

Região Norte	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	39	191.038	2.347
Região Nordeste	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	58	397.526	2.820
Região Centro-Oeste	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	79	1.235.273	10.951
Região Sudeste	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	453	3.037.602	21.257
Região Sul	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Total	198	5.924.878	34.365

Fonte: OCB (2020).

2.2 ELEMENTOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL OESTE CATARINENSE

Para compreender as origens do cooperativismo no Oeste Catarinense, tornou-se fundamental destacar alguns elementos do processo da formação territorial, pois foram os imigrantes colonizadores que se estabeleceram na região no início do século XX que instalaram as primeiras cooperativas.

De acordo com Radin (2016, p. 159):

Ao longo das primeiras décadas do século XX a fronteira sul era considerada uma região “imensa e desabitada”, uma “fronteira aberta”, que motivava governantes, opinião pública e setores da intelectualidade a difundir a ideia da necessidade de efetivamente “conquistar este sertão” e de “incorporar suas populações à nação”. Positivistas e darwinistas sociais em geral viam com pessimismo as populações nativas do interior brasileiro, pois as percebiam como incapazes de produzir a modernidade e o progresso almejados para o país. Tal forma de pensar também perpassou o processo de conquista das novas fronteiras agrícolas no sul, o que favoreceu a apropriação privada da terra pelos colonizadores.

Naquele contexto, a Lei de Terras já vigente no Brasil desde a sua implantação em 1850, que já definia a privatização das terras sob domínio dos Estados favoreceu a imigração dos colonos imigrantes do Estado do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense, mais

intensamente, a partir do término da Guerra do Contestado (1912-1916). De acordo com Cavalcante (2005, p. 4):

A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmarias, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse.

Segundo Valentini (2016), no início do século XX a região Oeste de Santa Catarina foi reivindicada pelo Paraná e culminou na histórica Guerra do Contestado (1912-1916). Segundo o autor, esse problema foi decidido em um Acordo de Limites assinado entre os governadores dos dois Estados. Na Figura 2 a seguir podemos observar a extensa área disputada na Guerra no Contestado.

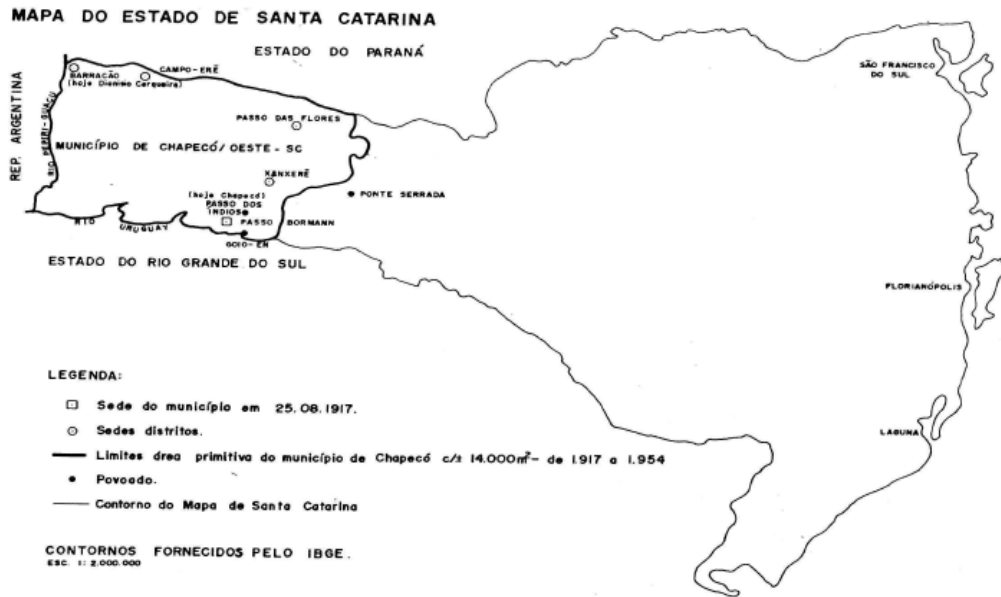
Figura 2 - Área disputada na Guerra do Contestado



Fonte: Beltrão (2016).

Dessa forma, após o Acordo de Limites, a maior parte da área do Contestado foi incorporada ao Estado de Santa Catarina e novos municípios foram criados, a exemplo do município de Chapecó que posteriormente a instauração da Lei nº 1.147 de 25 de agosto de 1917 pode ser instalado em 14 de novembro daquele ano. (SILVA, 2008, p. 80). Na Figura 3 a seguir, podemos observar os limites da área do extenso município de Chapecó criado em 1917.

Figura 3 - Município de Chapecó (1917)



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM *apud* GOLO (2013).

Segundo Cassol (2007, p. 16), “O fluxo migratório impulsiona-se pelas Companhias colonizadoras instaladas na região e a carência de terra férteis no Rio grande do Sul, bem como o menor preço dos lotes em relação ao estado vizinho. Migraram em busca de solos férteis para a sobrevivência de suas famílias”. Naquele contexto, Radin e Nodari (2012 *apud* MURARO, 2016, p. 177) afirma que:

Nas primeiras décadas do século XX, as antigas colônias do Rio Grande do Sul acumulavam excedentes populacionais, que enviavam para novas fronteiras agrícolas. As terras destinadas à agricultura se tornaram escassas e caras e as famílias de agricultores passaram a enfrentar dificuldades para instalar seus filhos naquele Estado. Assim, as áreas de florestas ainda abundantes no oeste de Santa Catarina passaram a atrair o interesse dos colonos gaúchos.

Segundo Muraro (2016), após a definição das fronteiras na região, houve a necessidade de instaurar as primeiras Colônias da região Oeste que foram sendo formadas às margens do Rio Uruguai a partir da comercialização das terras pelas empresas colonizadoras que aqui se estabeleceram para os colonos imigrantes gaúchos. Assim, com a criação do extenso município de Chapecó, várias empresas colonizadoras e colônias foram surgindo ao longo das primeiras décadas do século XX. Após a criação do extenso município de Chapecó em 1917, a *Brazil Development e Colonization Co.* foi a empresa que recebeu a concessão das terras devolutas do governo do Estado de Santa Catarina para “[...] colonizá-las, demarcando lotes e abrindo

estradas.” (PIAZZA, 1994; NODARI, 2002; VICENZI, 2008; WERLANG, 1992 *apud* ONGHERO, 2013). De acordo com Wagner (2005, p. 46-50 *apud* ONGHERO 2013, p. 2):

[...] a *Brazil Development e Colonization Co.* repassou suas tarefas a várias empresas colonizadoras como Bertaso, Maia & Cia.; Companhia Colonizadora Sul Brasil; Empresa Chapecó-Peperi; Volksverein Kolonization; Empresa Construtora & Cia. Colonizadora Oeste Ltda; Brun, Grando & Cia; Colonizadora Barth, Anoni Cia. Ltda; Barth, Benetti & Cia Ltda; Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi; Empresa Colonizadora Irmão Heinard; Fiorino Antônio; Irmãos Pandolfi, Pinho & Terras Ltda; Sociedade de União Popular.

De acordo com Golo (2013), a área que compreende ao atual município de Chapecó foi comercializada pela Companhia colonizadora Bertaso. Já outras das primeiras Colônias formadas na época foram sendo habitadas por imigrantes alemães e italianos que possuíam uma identidade própria advinda da herança religiosa dos colonizadores gaúchos. Segundo Ferrari (2012 *apud* MURARO, 2016, p. 177), “As terras que deram origem a Porto Feliz, atual município de Mondaí, colonizadas a partir de 1922, foram vendidas pela Colonizadora Peperi Ltda., quase que exclusivamente, a colonos de origem alemã de confissão luterana.” Já a colônia de Porto Novo (atual município de Itapiranga) foi fundada pela companhia católica alemã *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* que tinha como objetivo formar uma colônia de católicos alemães. (WERLE, 2001 *apud* MURARO, 2016, p. 178). Dessa forma, após o Contestado (1912-1916) as terras a Oeste de Santa Catarina passam a ser áreas importantes para diversas empresas colonizadoras junto com ações do Estado.

Figura 4 - Empreendimentos colonizadores do Médio e Extremo Oeste de Santa Catarina



Fonte: Piazza 1994, *apud* Rodrigues; Neumann, 2015.

Como podemos ver na Figura 4, a *Brazil Development e Colonization Co.* ainda ficou com algumas áreas para comercializar do extenso município de Chapecó, localizadas no Extremo Oeste, nas proximidades das fronteiras com a Argentina e o Paraná. Pertile (2008, *apud* DENTZ; ESPÍNDOLA, 2019, p. 180) afirma que:

[...] após o período de comercialização das terras, datado das duas primeiras décadas do século XX, intensificou-se, na região Oeste de Santa Catarina, a derrubada da mata. Essa atividade resultou no aproveitamento comercial da madeira exportada para outros países da América do Sul, principalmente para a Argentina. A exploração da madeira ocorria paralelamente à extração e comercialização da erva-mate. Esta, por sua vez, fazia parte da vegetação natural da região, com aproveitamento maior principalmente nos locais por onde passavam as tropas que levavam o gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Ademais, os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, além da Argentina, eram importantes compradores da erva-mate catarinense durante as primeiras décadas do século XX.

Para Valentini (1999), com a chegada dos colonizadores, a produção ervateira perdeu forças e passou a intensificar-se a exploração madeireira que até meados da metade do século passado passou a ser a principal atividade econômica na região. Os balseiros tinham um trabalho árduo ao enfrentarem fortes corredeiras, pedras e frio durante os longos trajetos a serem percorridos pelo rio Uruguai através do transporte de balsas carregadas com toras de madeira. As balsas de madeiras eram guiadas pelo rio Uruguai nas épocas de cheia em que o rio estava com o nível mais alto de água para facilitar o escoamento das balsas, desde a região do Extremo Oeste de Santa Catarina até a Argentina onde eram comercializadas.

Dessa forma, logo que as primeiras colônias começaram a ser formadas na região pelos agricultores imigrantes alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul, foram surgindo as primeiras estradas, serrarias, moinhos e pequenos comércios, bem como as igrejas, hospitais e escolas. (RADIN, 2016). Assim sendo, foram surgindo as primeiras vilas da região que mais tarde, principalmente durante o início da segunda metade do século XX se transformaram em vários novos municípios, desmembrados do município pioneiro da região Oeste, Chapecó.

O processo de povoamento das colônias se deu com a abertura das primeiras clareiras em meio as densas matas, onde que através da extração e do beneficiamento da madeira foram sendo construídas as moradias dos colonos. O processo de colonização das terras da região Oeste foi baseado na comercialização e concentração de minifúndios, ou seja, de pequenas propriedades, conforme destacam Jochims, Dorigon e Portes (2016, p. 18), ao afirmarem que “[...] áreas de terra foram subdivididas em pequenos lotes, com extensões de aproximadamente 24,2 hectares, então denominadas de “colônias”. Atualmente a área média dos estabelecimentos agropecuários da região é 16,1 hectares e 70% dos estabelecimentos rurais possuem até 20

hectares.” Atrelado a esse contexto das pequenas propriedades, a agricultura familiar (FORNECK, 2015; RADIN, 2016) configurou-se como a principal forma de cultivo das terras da região nas primeiras décadas do século XX. Geralmente, as famílias criavam alguns animais como porcos e galinhas, cultivavam feijão, mandioca, dentre outros alimentos básicos para a subsistência.

Por fim, cabe aqui ressaltar que as populações nativas de indígenas e caboclos, os ervateiros, os madeireiros, os balseiros e os colonizadores, foram povos que tiveram que enfrentar grandes dificuldades para desenvolver as primeiras atividades econômicas no Oeste Catarinense ao longo do século XIX e XX e foram personagens da história catarinense, responsáveis pelas características econômicas, culturais e políticas que definem as dinâmicas socioespaciais desta região. Neste contexto, buscamos destacar alguns elementos da formação territorial do Oeste Catarinense pois o processo de implantação das primeiras cooperativas na região foi organizado pelos colonos migrantes que vieram do Estado do Rio Grande do Sul.

2.3 ORIGENS DO COOPERATIVISMO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Na região Oeste de Santa Catarina, as primeiras cooperativas surgiram como um modelo de desenvolvimento neste território durante o processo de colonização do início do século XX e como uma alternativa de organização da comunidade rural, mas somente a partir da década de 1960 com maior intensidade. De lá para cá, as cooperativas foram se estabelecendo em diversos municípios da região e vêm desempenhando muitas atividades técnicas que são desenvolvidas com as famílias rurais que visam a modernização tecnológica no campo.

Nas primeiras décadas do século XX, os agricultores tiveram que se organizar para construir os primeiros postos de comercialização dos alimentos produzidos nas suas propriedades como milho, feijão, fumo, frutas, carnes, entre outros. Para Espíndola (1999, *apud* DENTZ; ESPÍNDOLA, 2019, p. 180),

[...] além dos ciclos da madeira e da erva-mate, se desenvolviam nas propriedades rurais plantações de feijão, trigo e mandioca, a criação de galinhas, porcos e outros animais, além de atividades artesanais. Manifestavam-se, desse modo, duas maneiras de existência da pequena produção, isto é, de um lado, as famílias especializavam-se num determinado bem que seria entregue ao comércio local/nacional e internacional; de outro, os pequenos produtores fabricavam seus instrumentos de trabalho, praticavam uma agricultura de subsistência.

Segundo o site institucional da Cooperativa A1 (2016), a primeira cooperativa agropecuária que surgiu na região Oeste foi na localidade da linha Passarinhos, próximo às

margens do Rio Uruguai, onde hoje está localizado o município de Palmitos. Foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes alemães e italianos no início do processo de colonização com o “[...] transporte, comunicação, abastecimento de produtos básicos, como tecidos e especiarias. O governo estava distante, e os agricultores estavam cada um por si e, na maioria das vezes, eram explorados na venda em sua produção.” (COOPERA1, 2016, não paginado). Segundo o histórico da Cooper A1, disponível no site da empresa, a história começou a mudar no dia 1º de outubro do ano de 1933:

Naquele dia, 18 agricultores, liderados por um empreendedor chamado Otto Erich Winkler, investiram 540 réis e concretizaram a fundação de uma sociedade cooperativa. Cooperativa? Aquilo ainda era novidade para muitos. Mas este modelo de organização, trazido por Winkler da Alemanha era boa: unir os pequenos agricultores e, com isso, ganhar força na comercialização de seus produtos. Sair da situação dependentes para “senhores do próprio destino”.
[...] Trata-se da primeira cooperativa agropecuária formal de Santa Catarina [Sociedade Cooperativa Mista Palmitos], criada onde é hoje o município de Palmitos, SC. A partir de então, de forma organizada, os agricultores ganharam força e escala na venda de seus produtos. A esperança se renovou, a agropecuária prosperou. (COOPERA1, 2021, não paginado).

Dessa forma, após o período da formação das primeiras colônias e da fundação dos primeiros municípios na primeira metade do século XX, as serrarias, frigoríficos, moinhos, entre outros comércios foram se estabelecendo em várias localidades. De acordo com Goularti Filho (2001, *apud* SCHMITZ, 2015, p. 30):

Em 1962, começa um novo período em Santa Catarina, quando o capital industrial passa a ser o móvel da acumulação capitalista. A modernização da agricultura, com a mutação do complexo agro comercial - dos moinhos e frigoríficos, que comercializavam produtos quase que in natura - para o complexo agroindustrial de carne, reforça e consolida o novo padrão de crescimento em Santa Catarina, comandado pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias. O bom desempenho da Sadia, Perdigão, Coopercentral, Chapecó e Macedo reside no longo processo de modernização conservadora e nas benesses da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo Estado.

Da mesma forma como os autores citados anteriormente destacam que a região Oeste foi um território esquecido durante a primeira metade do século passado, o ex-presidente da Cooperativa Aurora Alimentos também afirma que a região Oeste foi esquecida até meados da década de 60. Nas palavras de Mário Lanznaster, a chegada do cooperativismo foi responsável pela mudança do cenário econômico da região como podemos ver a seguir:

No início da segunda metade do século passado, o grande oeste de Santa Catarina era uma região esquecida, sem infraestrutura nem serviços públicos, cuja rala densidade econômica resumia-se aos ciclos da extração da madeira e da erva mate. A ação do

Estado nessa região somente seria percebida a partir de 1963, com a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste, no Governo Celso Ramos. Uma doutrina começou a surgir, estimulada por lideranças regionais preocupadas com a necessidade de uma matriz econômica mais promissora: o cooperativismo. (BLOG DO PRISCO, 2019, não paginado).

A crítica ao "esquecimento" do Oeste destacada acima faz parte do discurso estabelecido pelo empresariado local, que também preserva o discurso da afirmação das virtudes do colono superando as adversidades no passado até os dias de hoje. (FORNECK, 2015). De acordo com Scheffer (2019, p. 75-76):

Com a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste, estabeleceu-se uma nova relação entre a elite da região e o governo estadual, inaugurando uma fase de intervenção intensiva na modificação da infraestrutura básica da região. Os recursos públicos destinados à SNO deram condições para equipar o território com redes de energia elétrica e abertura de estradas rodoviárias para integrar a região e possibilitar que o capital industrial pudesse se expandir em um novo padrão de desenvolvimento.

Além disso, como vimos anteriormente, Lanznaster destaca o cooperativismo como uma doutrina que começou a surgir na região na década de 60. Assim, o cooperativismo tornou-se um modelo de organização e de desenvolvimento da agricultura regional, através do estabelecimento das cooperativas agropecuárias que deram condições para o desenvolvimento e o crescimento da produção rural da região. Para Lanznaster, alguns fatores foram determinantes para a consolidação do cooperativismo na região:

Foi no campo que frutificou a primeira fase do processo histórico de surgimento e consolidação do cooperativismo. Produtores, trabalhadores e empresários rurais se uniram em cooperativas agropecuárias. Estas, criaram condições para o financiamento de insumos agrícolas, assistência técnica e extensão rural, busca de crédito rural, recebimento e comercialização da produção em busca da melhor remuneração dos associados.

Contribuiu nessa construção certo determinismo geográfico. As etnias dos colonizadores eram vocacionadas para a cooperação. A topografia acidentada determinou a divisão em milhares de minifúndios. A estrutura minifundista do oeste e a ocupação do espaço territorial por centenas de milhares de famílias de pequenos agricultores foram elementos determinantes para o sucesso do discurso associativista. Essa frágil estrutura econômica encontrou no cooperativismo uma fórmula bem-sucedida de defesa e fortalecimento. (BLOG DO PRISCO, 2019, não paginado).

Naquele contexto, segundo Motter (2020, p. 71):

Entre as décadas de 1960 e 1980, de tal modo, forma-se na região Oeste Catarinense o chamado Complexo Agroindustrial de carnes de aves e suínos. Com os incentivos propiciados pelo Estado, as agroindústrias passam a ser o principal agente da estruturação regional. Além do incremento demográfico nas cidades, o desenvolvimento agroindustrial fez surgir uma série de outras atividades voltadas tanto às agroindústrias quanto à produção no campo.

Naquele período surgiram muitas cooperativas que hoje são consideradas as maiores do Oeste. A atual Cooperalfa é fruto do surgimento da primeira cooperativa agrícola de Chapecó fundada em 1957 chamada de Triticola D'Oeste Ltda., que uma década depois, em 1967, passou a ser denominada de Cooperchapecó. Em 1974, esta cooperativa, após se fundir com a Cooperativa Mista Agrícola Xaxiense passa a denominar-se Cooperativa Regional Alfa Ltda. - Cooperalfa. (COOPERALFA, 2021). De acordo com as informações disponíveis no site o site da cooperativa:

A trajetória da Cooperalfa iniciou em 29 de outubro de 1967 com a fundação da Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó LTDA - Cooperchapecó. A ata de fundação foi assinada por 39 cooperativistas do Oeste catarinense. Aury Luiz Bodanese liderou a fundação da cooperativa, incentivado pelo então gerente do Banco do Brasil em Chapecó, Setembrino Zanchet, além de outras lideranças. Na época, a cooperativa representava a solução para os problemas de venda e escoamento da produção de grãos e suínos, remuneração mais justa e valorização do trabalho de pequenos e médios produtores rurais. A ideia era evitar as negociações com intermediários particulares. (COOPERALFA, 2021, não paginado).

De acordo com as informações do site da CooperAlfa e Alba (1998), tanto na criação da Cooperativa Central Aurora quanto na criação da Cooperalfa, o Banco do Brasil, sob a gerência de Setembrino Victorino Zanchet, teve um papel fundamental no fornecimento de crédito rural, contribuindo assim com o processo de desenvolvimento do cooperativismo. Com o processo de desenvolvimento das empresas agroindustriais em Chapecó na década de 60 e 70, os frigoríficos e as cooperativas localizadas na região tiveram a necessidade de industrializar e comercializar a produção de suínos. Por isso, foi criada a grande cooperativa que conhecemos hoje, a Cooperativa Central Aurora Alimentos que na época denominava-se Cooperativa Central Oeste Catarinense. Segundo Alba (1998, p. 99), a cooperativa “[...] foi fundada em 15 de abril de 1969, por oito líderes cooperativistas, liderados por Aury Luiz Bodanese, com o objetivo de industrializar e comercializar a produção de suínos dos associados das cooperativas filiadas [...]”

Foram oito as cooperativistas regionais que fizeram parte da fundação: Cooperativa Mista Agropastorial Chapecó, Cooperativa de Laticínios de Chapecó, Cooperativa Mista Xaxiense, Cooperativa Mista de Lajeado Grande de Xaxim, Cooperativa Mista Regional Xanxerê, Sociedade Cooperativa Mista de Palmitos, Cooperativa de São Carlos e Cooperativa Mista Modelense. (ALBA, 1998, p. 100).

Ainda segundo Alba (1998, p. 100), “O início das atividades na área do abate de suínos deu-se em 1975. As instalações eram as do antigo Frigorífico Marafon, comprado pela empresa com o objetivo de realizar as atividades frigoríficas da Cooperativa.” Dessa forma, podemos

perceber que várias cooperativas de menor porte já haviam se estabelecido na região até o final da década 60, antes mesmo da criação destas consideradas grandes cooperativas.

Neste contexto, na década de 70, o cenário agrícola estava em plena fase de desenvolvimento. O intenso desenvolvimento do setor agropecuário e agroindustrial na região Oeste, difundido pelas cooperativas e seus cooperados, principalmente entre as décadas de 60 e 80, resultou no crescimento do número de cooperativas presentes tanto na região Oeste Catarinense, quanto no Estado de Santa Catarina como um todo. Observe no Quadro 2 a seguir o número de cooperativas que existem atualmente em Santa Catarina.

Quadro 2 - Estatísticas do Cooperativismo Catarinense - 2020

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	46	73.539	48.287
Consumo	16	320.455	3.423
Crédito	62	2.219.631	11.232
Infraestrutura	39	383.302	1.955
Saúde	31	17.280	7.612
Trabalho, Produção de Bens e Serviços	13	1.563	69
Transporte	44	5.324	714
TOTAL GERAL	254	3.021.094	73.332

Fonte: adaptado de OCESC (2021).

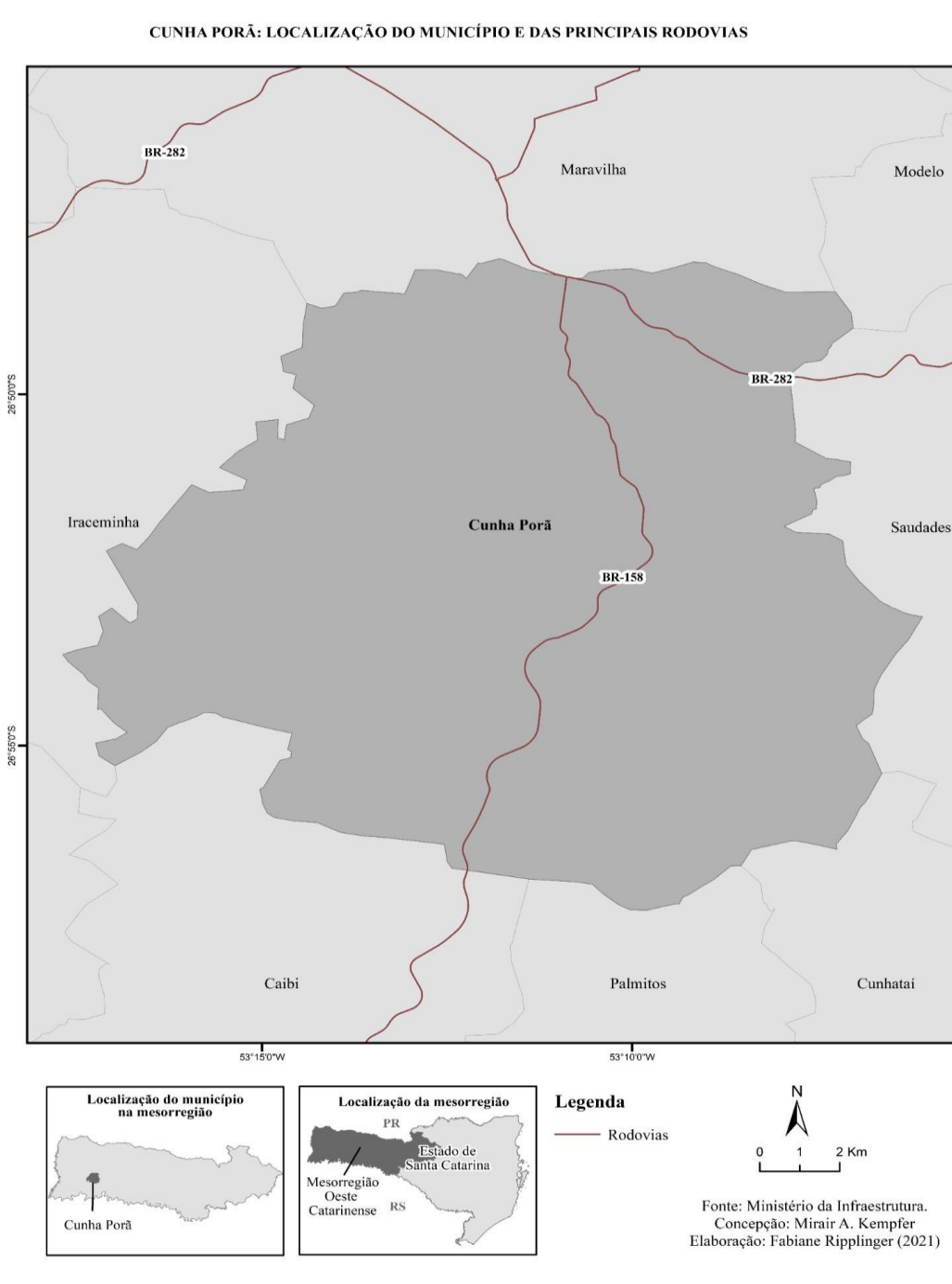
Segundo a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, existem 62 cooperativas do ramo de crédito no Estado, seguidas por 46 cooperativas do ramo agropecuário. As cooperativas de crédito possuem o maior número de cooperados, 2.219.631. Já as cooperativas do ramo agropecuário são as que geram o maior número de empregos diretos, 48.287.

2.4 ORIGENS DO COOPERATIVISMO EM CUNHA PORÃ

O município de Cunha Porã está localizado no Oeste Catarinense, a 100 quilômetros de distância do município de Chapecó/SC e aproximadamente a 600 quilômetros de distância da capital catarinense, Florianópolis. Possui uma população estimada de 11.118 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019).

Duas importantes rodovias cortam o município, a BR 282 que liga o Oeste com o litoral e a SC 158 de Norte a Sul que liga a região Oeste de Santa Catarina ao Noroeste do Rio Grande do Sul. As duas rodovias são importantes vias de transporte das *commodities* agrícolas dos estabelecimentos agropecuários e de produtos produzidos nas empresas tanto no município quanto na região.

Figura 5 - Cunha Porã: Localização do município e das principais rodovias



Fonte: Ministério da Infraestrutura. Concepção: Mirair A. Kempfer.

Elaboração: Fabiane Ripplinger (2021).

As origens do município de Cunha Porã estão relacionadas com a chegada, a partir de 1929, dos primeiros colonos imigrantes de etnia alemã e italiana vindos do Rio Grande do Sul (CUNHA PORÃ, 2013). Os migrantes advindos das colônias do Rio Grande do Sul começaram a abrir as primeiras estradas, construíram serrarias, olarias, casas, pequenos comércios locais, escolas em algumas localidades na região Oeste de Santa Catarina. Uma dessas localidades foi a vila chamada de “Cunhaporá” até a década de 50. (CUNHA PORÃ, 2013).

Figura 6 - Fotografia da vila de Cunhaporá - 1950



Fonte: CUNHA PORÃ (2013).

Inicialmente, o Distrito de Cunha Porã pertencia ao município de Chapecó, mas com a criação do município de Palmitos, Distrito desmembrado de Chapecó através da lei estadual nº 133 de 30-12-1953, Cunha Porã passou a ser distrito de Palmitos a partir de 1954. Depois disso, no dia 20 de julho de 1958, através da instauração da Lei Estadual nº 348 Cunha Porã foi desmembrado de Palmitos e ocorreu a efetivação da emancipação político-administrativa do município. Mais tarde, no dia 26 de abril de 1989, o Distrito de Iraceminha pertencente ao município de Cunha Porã, através da Lei Estadual nº 7.577, foi emancipado para a categoria de município de Iraceminha. (CUNHA PORÃ, 2013).

Dessa forma, na medida em que o município de Cunha Porã foi se desenvolvendo, estradas foram abertas, áreas de mata transformadas em lavouras e a produção de alimentos teve seu aumento gradual. Portanto, existiu a necessidade de criar uma empresa para comercializar a produção agrícola dos agricultores e fornecer insumos agrícolas. Dessa forma,

um grupo de agricultores planejou a criação da cooperativa pioneira de Cunha Porã e a única com sede no município atualmente.

A sede da Cooperativa Regional Auriverde, está localizada no Bairro Jardim de Cunha Porã, a empresa foi fundada em 1968 com a denominação de Cooperativa Agrícola Mista Cunha Porã Ltda., e posteriormente em 1975, após a fusão com a Cooperativa Agrícola Mista Maravilha, recebeu a atual denominação. (AURIVERDE, 2021). A criação da AURIVERDE ocorreu da seguinte forma:

[...] por um grupo de 69 agricultores, que tinham o propósito de buscar novos caminhos para a sociedade. Inicialmente, o objetivo era desenvolver as atividades econômicas de forma comum, organizar a produção e a comercialização. Entretanto, o desconhecimento sobre cooperativismo, as dúvidas e a falta de confiança para uma sociedade em comum criaram muitas dificuldades, mas que não abalaram nossos pioneiros. A solidariedade e a dedicação foram precursoras de um marco importante na comunidade regional. (AURIVERDE, 2021, não paginado).

No decorrer da segunda metade do século passado, também foi fundado no município de Cunha Porã, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, próximo à sede da AURIVERDE. No ano de 1968 foi alugada uma sala da Prefeitura para a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina - ACARESC (CUNHA PORÃ, 2021) que segundo a EPAGRI (2021), no ano de 1991 passou a ser denominada de Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia - Epagri, hoje atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI. As duas entidades foram parceiras e contribuíram com o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário do município de Cunha Porã. Mais tarde, em 1985 foi fundada a primeira cooperativa de crédito no município, denominada de Cooperativa de Crédito Rural Auriverde que desde 2006 passou a denominar-se de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Auriverde - SICOOB CREDIAL.

A história do Sicoob Credial iniciou em 26 de novembro de 1984, com o envio de um processo de constituição de uma cooperativa de crédito rural para o Banco Central. Em 14 de maio de 1985 o processo foi aprovado, e no dia 08 de agosto de 1985, com 28 sócios fundadores, passou a funcionar a Cooperativa de Crédito Rural Auriverde em uma sala cedida pela Cooperativa Regional Auriverde, sob a presidência do Sr. Manfredo Artur Salfner, no período de 1984 a 1999. (SICOOB CREDIAL, 2021, não paginado).

Dessa forma, foram surgindo as cooperativas no município de Cunha Porã na segunda metade do século XX que organizaram a comercialização da produção agrícola e contribuíram com o desenvolvimento da agricultura local. Atualmente, tanto a AURIVERDE quanto a SICOOB CREDIAL expandiram seu mercado de atuação em outros municípios da região.

3 PANORAMA ATUAL DO COOPERATIVISMO DE CUNHA PORÃ

Neste capítulo, apresentamos uma análise do panorama atual do sistema cooperativista atuante em Cunha Porã. No cenário agrícola atual, torna-se importante compreender de que maneira as técnicas, a ciência e a informação, a partir de suas conexões territoriais são operadas pelo sistema cooperativista no circuito espacial produtivo de cooperação local e regional.

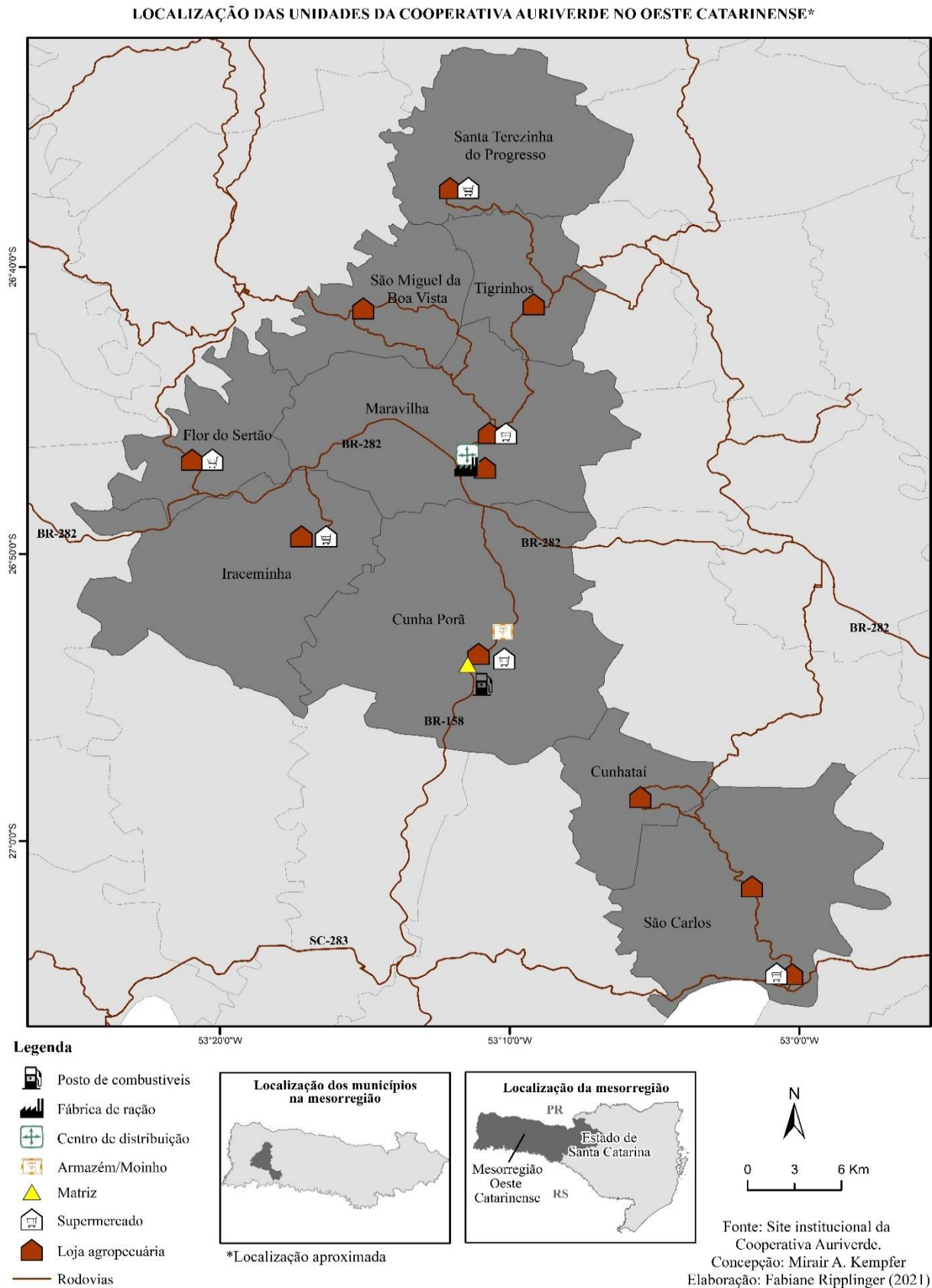
A partir da década de 60 e com mais ênfase neste início do século XXI, um dado da modernização do campo é a maior difusão da educação, formação e informação promovida pelo sistema cooperativista e conseqüentemente através da inserção de novas tecnologias no campo. Portanto, para compreender de que forma esses três elementos são inseridos no campo, tornou-se necessário verificar como se configura o atual cenário rural de Cunha Porã e quais são os agentes responsáveis pelo processo de reconfiguração desse atual espaço geográfico rural.

Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), Cunha Porã possuía 910 estabelecimentos agropecuários que juntos totalizam uma área de 18172 hectares. Atualmente, de acordo com o IBGE (2018), dentre os 8 municípios da Região Geográfica Imediata de Maravilha, Cunha Porã possui o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita que corresponde a R\$ 48.327,51 e no Estado de Santa Catarina ocupa a 29ª posição de 295 municípios. Neste cenário, segundo o Secretário da Agricultura de Cunha Porã, a maior parcela do movimento econômico do município advém da agricultura que corresponde ao montante de 317 milhões de um total 567 milhões de reais, representando quase 60% do PIB total em 2020. (SESSÃO..., 2021).

Neste contexto, através da noção de circuito espacial produtivo podemos identificar quais são as empresas atuantes no ramo agropecuário de Cunha Porã. Para Castillo e Frederico (2010, p. 463) a noção “[...] enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (produtivo).”

Uma das empresas mais atuantes é a AURIVERDE que neste ano completou 53 anos de atuação no mercado local e regional. A cooperativa possui uma estrutura de trabalho consideravelmente grande, apresenta um leque de serviços de ampla abrangência e possui filiais em alguns municípios próximos de Cunha Porã, como podemos ver na Figura 7 a seguir.

Figura 7 - Localização das unidades da Cooperativa Auriverde no Oeste Catarinense



Fonte: Site institucional da Cooperativa Auriverde. Concepção: Mirair A. Kempfer.

Elaboração: Fabiane Ripplinger (2021).

Em consonância com a tipologia das cooperativas destacadas pela OCB (2020), a AURIVERDE se enquadra em três ramos cooperativistas: Agropecuário, de Consumo e também de Trabalho, Produção de Bens e Serviços. A sede da cooperativa está localizada no município de Cunha Porã, onde também possui uma loja agropecuária, um supermercado, um posto de combustível, um moinho, um armazém e um centro de distribuição. Neste contexto, a cooperativa trabalha também com a venda de insumos agropecuários, venda de implementos agrícolas e outras atividades.

Os agricultores associados produzem vários produtos, dentre eles os principais são: leite, suínos, aves, milho, soja e trigo. Para a assistência técnica, a cooperativa tem à disposição, engenheiros agrônomos, médicos veterinários e técnicos em agropecuária dentre outros profissionais. Além das unidades da cooperativa que estão localizadas no Oeste Catarinense, a empresa possui postos de atendimento em municípios do litoral de Santa Catarina como Orleans, Morro da Fumaça, Grão Pará e Lauro Müller. Recentemente, a empresa está expandindo o mercado de atuação nos municípios da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Contudo, ao analisarmos o sistema cooperativista de Cunha Porã são duas as cooperativas que exercem uma forte influência econômica com a comunidade local e regional: a AURIVERDE e a AURORA. Dessa forma, Santos e Silveira (2011) trazem excelentes contribuições ao dizerem que:

[...] para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção. Estes estão definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território. (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 143).

Partindo dessa perspectiva, na obra “A Natureza do Espaço”, Santos (2006) trabalha a noção de horizontalidades e verticalidades que auxiliam na compreensão de alguns elementos do sistema cooperativista integrado entre a AURIVERDE e a AURORA. Santos (2006) conceitua esses termos da seguinte forma:

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente. (SANTOS, 2006, p. 192).

Neste contexto, um dos elementos é a ampla rede de cooperação produtiva entre as duas cooperativas que se expande de forma econômica, política e geográfica, tanto no contexto local de Cunha Porã quanto no contexto regional do Oeste Catarinense. Desde 1993, a AURIVERDE atua com uma planta de moagem de trigo, na qual produz diversos tipos de farinha com a marca Realta e são comercializados nos supermercados da empresa e em diversos outros municípios (REALTA, 2021). Como a Auriverde não possui laticínio próprio para coletar a produção de leite de seus associados, a produção dessa atividade é fornecida para o laticínio da AURORA, localizado no município de Pinhalzinho.

No setor do leite, segundo dados do IBGE (2019), o efetivo do rebanho de Cunha Porã no ano de 2019 foi de 8220 vacas ordenhadas, que contabilizaram um pouco mais de 44 milhões de litros de leite produzidos e um valor agregado de venda de 57 milhões de reais. Os números expressivos de produção da atividade leiteira que são comercializados principalmente através da intercooperação entre as duas cooperativas, se justificam por alguns importantes motivos. Para Jochims; Dorigon e Portes (2016, p. 18-19), alguns dos motivos são:

Atualmente, a atividade gera um bom valor agregado para agricultura e permite que a maior parte desse valor seja apropriado pelos agricultores, possibilitando o ingresso mensal de recursos, importante tanto para os agricultores quanto para as pequenas cidades da região. Dada a extensão da cadeia, a produção leiteira exerce efeito multiplicador sobre a economia regional, permitindo distribuição espacial da indústria (desde pequenas queijarias artesanais até médios/grandes laticínios, que geram empregos e renda bem distribuídos) e firmando se como uma atividade de grande importância econômica e social na região. Por fim, outra característica importante da cadeia produtiva é o potencial de viabilizar a permanência de um grande número de famílias no meio rural com bons níveis de renda.

Embora existam outras empresas que compram e coletam o leite dos produtores de Cunha Porã, como a Piracanjuba de Maravilha e a Tirol de Pinhalzinho, entre outras queijarias, a relação no circuito espacial produtivo oportunizado pela intercooperação existente entre a AURIVERDE e a AURORA é mais forte e acaba beneficiando as duas empresas em vários aspectos. Para Castillo e Frederico (2010, p. 462),

Com a crescente especialização produtiva dos lugares, possibilitada pela combinação entre o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações e a política de Estados e empresas, aumentam os fluxos materiais e informacionais, distanciando cada vez mais os locais de produção dos locais de consumo, tornando mais complexas a distribuição espacial das atividades econômicas e a articulação entre as diferentes etapas, em diferentes lugares, da produção.

Além disso, uma parte dos associados da AURIVERDE, são produtores de leite e avicultores e suinocultores. Na sua grande maioria, os suínos e frangos são destinados para o

abate nos frigoríficos da AURORA localizados em vários municípios do Oeste Catarinense como São Miguel do Oeste, Chapecó, Maravilha, Xaxim e Guatambú. No interior do município de Cunha Porã, às margens da BR-158, está localizada a Fábrica de Rações Aurora que produz e fornece ração de frango para os avicultores, sendo que muitos deles são associados da AURIVERDE. Diante deste cenário existente de intercooperação entre as duas cooperativas, a noção de círculos de cooperação no espaço nos ajuda a compreender esse movimento do circuito espacial produtivo do leite e de carnes estabelecido no território de Cunha Porã. De acordo com Castillo e Frederico (2010, p. 464),

Se, por um lado, as diversas etapas do processo capitalista se tornaram cada vez mais dispersas no espaço, por outro, estão cada vez mais articuladas pelas políticas das empresas, sobretudo as grandes, através da modernização e da expansão das redes técnicas de informação, portadoras de ordens, mensagens, capitais. Isso evidencia a centralidade dos fluxos imateriais na análise geográfica. Daí a importância dos círculos de cooperação no espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2001), entendidos como a relação estabelecida entre lugares e agentes por intermédio dos fluxos de informação. Os círculos de cooperação são essenciais por permitirem colocar em conexão as diversas etapas, espacialmente separadas, da produção, articulando os diversos agentes e lugares que compõem o circuito espacial da produção.

Contudo, ao verificarmos no comércio de Cunha Porã, ressaltamos que muitos agricultores compram insumos nas lojas agropecuárias locais, como na Agropecuária Dálmata, na Agropecuária Bendlin, na Agropecuária Morada do Verde e na Agropecuária Agrocampo. Porém, mesmo assim, há uma maior relação comercial entre os agricultores e as duas cooperativas anteriormente mencionadas que tende a gerar um “cotidiano homólogo”. Nessa perspectiva, Santos (2006, 194-195) afirma que:

[...] os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. Com a especialização funcional dos subespaços, há tendência à geração de um cotidiano homólogo graças à interdependência que se estabelece horizontalmente. A partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais fácil e rapidamente, levando ao aumento local da produtividade. Isso tanto é válido no campo, quando se formam áreas presididas por um ou por vários produtos agrícolas combinados, como, também, é visível em cidades que se especializam numa dada produção industrial ou de serviços.

Dessa forma, com a cooperação existente entre as cooperativas da AURIVERDE e da AURORA acaba estabelecendo-se uma forte relação de interdependência local e regional para uma grande parcela dos produtores rurais. Com isso tudo, a AURIVERDE cresce economicamente e enquadra-se no grande sistema produtivo regional. Mesmo que a

cooperativa cumpra o papel dos princípios cooperativistas ela ganha a conotação de uma empresa que utiliza os mesmos métodos de uma grande empresa corporativa.

Além disso, essa intercooperação existente entre as duas cooperativas se expande a nível de Estado, visto que ambas são filiadas na Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina Ltda - FECOAGRO. De acordo com as informações disponíveis no site da Federação, ela foi fundada no ano de 1975 com os seguintes aspectos:

O surgimento de uma sociedade cooperativa de segundo grau segmentada, em nível estadual, para otimizar negócios conjuntos, reduzir custo e estimular a integração e a intercooperação, foi um fator marcante no cooperativismo de SC.

[...] A Fecoagro, além de ser o braço econômico de um grupo de cooperativas agropecuárias em negócios comuns, tem sido a porta-voz das reivindicações políticas e institucionais do sistema agropecuário, e a principal mobilizadora da opinião pública, interna e externamente, na difusão do cooperativismo e do agronegócio catarinense. (FECOAGRO, 2020, não paginado).

Além disso, na gestão (2016-2021), a FECOAGRO foi presidida pelo então presidente da AURIVERDE, o Sr. Cláudio Post. São várias cooperativas filiadas na Federação como podemos observar na Figura 8 abaixo que estão localizadas por todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

Figura 8 - Cooperativas filiadas da FECOAGRO



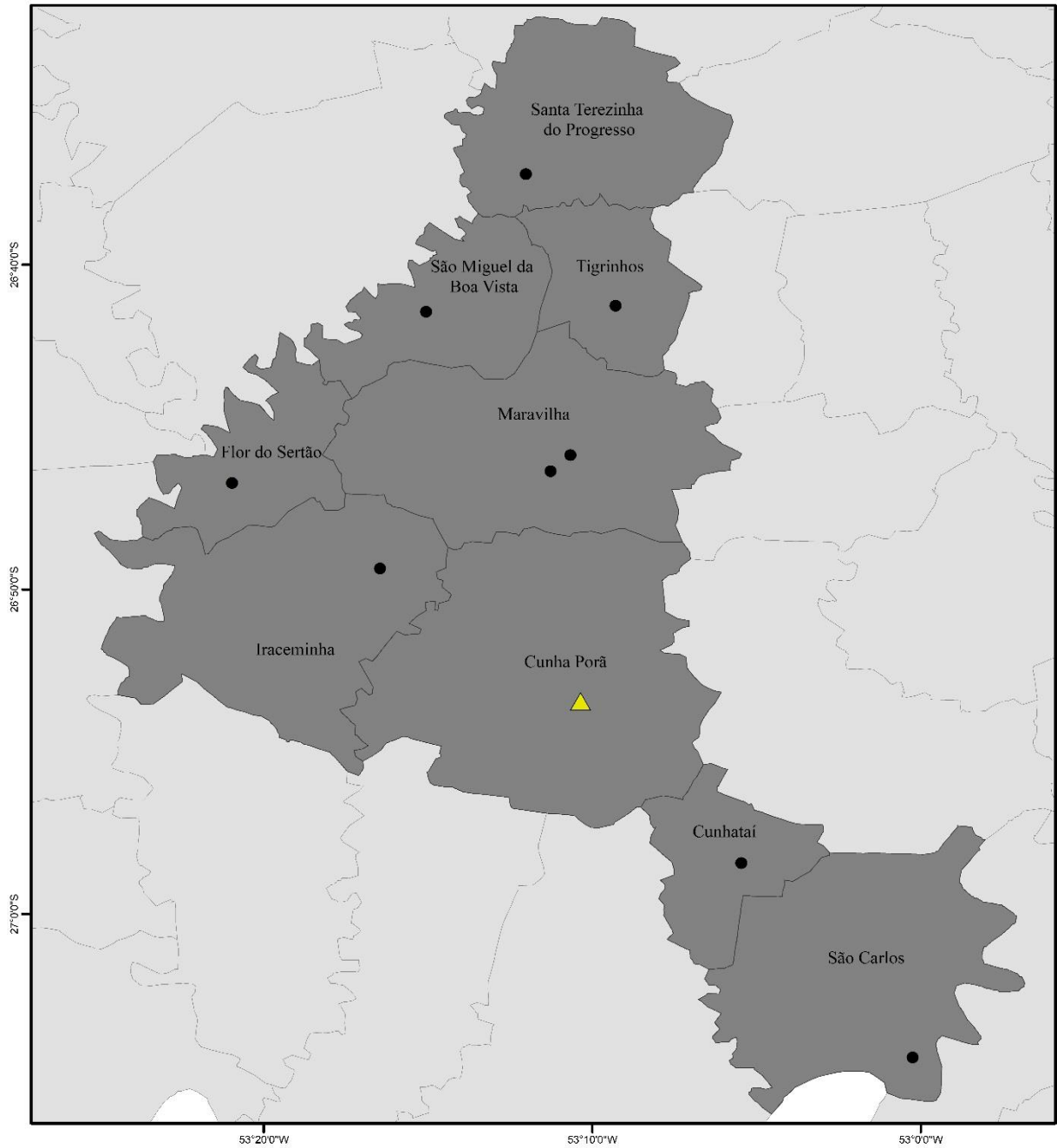
Fonte: FECOAGRO (2021).

Dentre as organizações e instituições apoiadoras da Federação, estão o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, a Cooperativa Central Aurora Alimentos - AURORA e o Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI. (FECOAGRO, 2021).

Além das cooperativas que se enquadram no ramo agropecuário, no ramo de consumo e no ramo de trabalho, prestação de bens e serviços, estão localizadas em Cunha Porã, três cooperativas do ramo de crédito que exercem um papel fundamental para os agricultores de Cunha Porã. Até o final do século passado só existia uma cooperativa de crédito em Cunha Porã, a SICOOB CREDIAL. Essa cooperativa de crédito é a mais antiga e conta com 10 pontos de atendimento em 9 municípios do Extremo Oeste que atende cerca de 35 mil associados. (SICOOB CREDIAL, 2021). De forma estratégica, na Figura 9 a seguir, podemos observar que as filiais estão localizadas nos municípios em que estão situadas as unidades filiais da AURIVERDE, o que demonstra ser mais uma forma de intercooperação cooperativista, agora entre a SICOOB CREDIAL e a AURIVERDE.

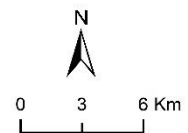
Figura 9 - Localização das unidades da Sicoob Credial no Oeste Catarinense

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DA SICOOB CREDIAL NO OESTE CATARINENSE*



Legenda

- Unidades
- ▲ Sede



Fonte: Site institucional da Sicoob.
Concepção: Mirair A. Kempfer
Elaboração: Fabiane Ripplinger (2021)

*Localização aproximada

Fonte: Site institucional da Sicoob. Concepção: Mirair A. Kempfer.

Elaboração: Fabiane Ripplinger (2021).

Neste início do século XXI, se estabeleceram mais duas cooperativas de crédito no município: a instituição financeira cooperativista denominada de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de associados Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC que foi implantada no ano de 2007 (SICREDI, 2021) e uma unidade da cooperativa de crédito CRESOL que foi inaugurada recentemente, em julho de 2020. (OESTE SC NOTÍCIAS, 2020).

Dessa forma, a AURIVERDE e a AURORA, as três cooperativas de crédito SICOOB CREDIAL, SICREDI e CRESOL, juntamente com as lojas agropecuárias locais são responsáveis por atender grande parte da demanda de crédito e compra de insumos agrícolas para uma grande parcela dos produtores rurais de Cunha Porã, bem como da venda das *commodities* dos agricultores. Segundo o Secretário da Agricultura de Cunha Porã, para atender as 950 propriedades rurais do município, a equipe de trabalho da Secretaria Municipal de Agricultura de Cunha Porã conta com um secretário, um diretor, um técnico agrícola, um veterinário, dois atendentes no setor de nota fiscal de produtor, um operador de máquina e um auxiliar de serviços gerais. Além da Secretaria Municipal de Agricultura, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC e o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - ICASA são as demais entidades que são suporte para os agricultores e todas estão localizadas no prédio da Prefeitura de Cunha Porã. (SESSÃO..., 2021).

Neste contexto, houve um grande impulso econômico no município devido à facilidade de acesso ao crédito, assistência técnica promovida pelas cooperativas e principalmente pela capacitação rural da juventude do campo que ocorreu sobretudo durante a última década. Por isso, no capítulo seguinte apresentamos como funcionam os projetos de extensão das cooperativas e de outras entidades, ou seja, quais são os serviços de aprendizagem rural promovidos para a juventude do campo relacionados à mediação na implantação de modernizações e de outros elementos nas propriedades.

4 PROCESSO DE INSERÇÃO DO JOVEM NA TECNIFICAÇÃO DA BOVINOCULTURA DE LEITE

Neste capítulo, apresentamos de que forma é difundido o princípio cooperativista da educação, formação e informação através de cursos de capacitação da juventude rural pela AURIVERDE e EPAGRI neste século XXI. Em seguida, apresentamos a realidade dos estabelecimentos agropecuários dos agricultores que produzem leite como a principal atividade agrícola em Cunha Porã, cujo intuito foi buscar compreender em que medida os cursos de capacitação realizados pelos jovens agricultores foram responsáveis ou não pela decisão deles permanecerem e investirem nas propriedades de suas famílias. Por fim, apresentamos a forma como o cooperativismo de crédito atua no atual cenário rural de Cunha Porã para que de fato as novas técnicas dos sistemas de produção da bovinocultura leiteira possam ser inseridas nos estabelecimentos agropecuários.

4.1 OS SERVIÇOS DE APRENDIZAGEM RURAL COMO ELEMENTOS DA PSICOSFERA

Nas últimas décadas, principalmente no início deste século XXI, foram criadas leis por parte das entidades do governo brasileiro e das empresas do setor agropecuário, redefinindo os padrões de qualidade da produção agrícola pautada sobretudo na necessidade de um constante incremento tecnológico nos processos de produção. Neste contexto, muitos agricultores que já não tinham boas condições financeiras também não conseguiram modernizar sua produção para adequar-se às exigências normativas e o que levou e ainda leva muitos a terem que sair do campo. Neste sentido, muitos dos filhos desses agricultores migram para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. Desde o final do século passado uma considerável parcela da juventude do campo migrou para a cidade e existem vários estudos que falam sobre essa questão.

No que tange questões como o êxodo e a sucessão rural no Brasil a população rural no ano 2000 era de 31.835.143 habitantes dos quais cerca de 9 milhões eram de faixa etária jovem. Em 2010 havia 29.830.007 habitantes com 8 milhões de jovens (IBGE, 2010). Contudo, cabe uma discussão mais aprofundada sobre isso em outro momento, pois segundo os dados do PNAD (2011), recentemente divulgados, estimou-se que no ano de 2011 apenas cerca de 7 milhões de pessoas entre 15 a 29 anos estavam residindo no meio rural, sendo a maioria composta por homens. Evidencia-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural nos últimos anos (2000-2010), sendo que cerca de 1 milhão são pessoas em idade considerada jovem, isto é, metade

da emigração do campo para a cidade é do grupo social etário considerado jovem (BARCELLOS, 2012, não paginado).

Para Silva *et al.* (2003), nos anos 90, ocorreu um processo de migração campo/cidade mais intenso na mesorregião Oeste de Santa Catarina. Segundo estudos realizados por Silva *et al.* (2003, p. 75) no início do século XXI, na região Oeste predominava:

[...] a mão-de-obra familiar dos estratos de área entre 5 e 50 hectares (especialmente de 5 a 10 hectares) no contingente de pessoas que deixam o campo. Em geral, trata-se de agricultores descapitalizados, com pouca infra-estrutura de produção, que exploram produtos básicos e cuja produção agrega pouco valor. Os agricultores com pequena escala de produção, insuficiente para a manutenção da família, forçam, muitas vezes, a migração de seus filhos jovens com potencial de competir no mercado de trabalho urbano.

Para Stropasolas (2011), umas das principais insatisfações dos jovens é quanto à impossibilidade de ter a liberdade de poder participar na gestão da propriedade da família bem como de ter uma autonomia financeira. Segundo os estudos realizados por Silva *et al.* (2003), nas entrevistas de campo realizadas na região Oeste de Santa Catarina no início do século XXI,

O quadro apresentado pelos técnicos e lideranças rurais da região denota certo desânimo quanto ao futuro da agricultura regional de pequena escala. Alguns dos fatores que inviabilizam a permanência dos indivíduos na propriedade agrícola, segundo os entrevistados, estão relacionados à baixa rentabilidade das explorações agrícolas, à ausência de políticas agrícolas direcionadas à agricultura familiar, ao reduzido tamanho das propriedades e à conseqüente insuficiência de terras próprias para lavoura. (SILVA *et al.*, 2003, p. 79).

Contudo, podemos perceber que a concepção de vida no campo para a juventude rural está mudando aos poucos. De um lado por falta de opções no mercado de trabalho urbano impedindo a migração e de outro porque há novas conexões informacionais que desmistifica a questão do isolamento cultural e social bem como agilizam a produção através da tecnificação. Atualmente, através da assistência técnica, as cooperativas e entidades do Estado, como é o caso da AURIVERDE e da EPAGRI em Cunha Porã, verificam o funcionamento dos trabalhos realizados nas propriedades para fornecer instruções técnicas, científicas e informacionais. Na última década, ações são empreendidas por parte dessas empresas públicas para as famílias rurais, como o desenvolvimento de cursos de capacitação para a juventude do campo, voltados para a valorização da vida no campo e cursos voltados para a gestão das propriedades com o objetivo de propiciar mais qualidade no trabalho e mais renda para as famílias.

Para Santos e Silveira (2011, p. 144), “No período atual, esse movimento é comandado sobretudo por fluxos não obrigatoriamente materiais, isto é, capitais, informações, mensagens, ordens.” Há uma densificação e expansão do meio técnico científico e informacional (SANTOS, 2006), principalmente para propiciar uma maior fluidez do capital e que por outro lado promove a conexão de lugares, ressignificando as relações sociais e culturais em áreas rurais vistas pelos jovens como remotas e sem um horizonte de permanência. Estes impactos da consolidação de um meio técnico que reconfigura a inserção de regiões na divisão territorial do trabalho no Brasil, se dão na formação socioespacial brasileira com mais intensidade a partir dos anos 1970, aprofundando-se nas últimas décadas, inserindo novos processos tecnológicos tanto no sistema produtivo das indústrias quanto no sistema produtivo da agricultura com novas técnicas de produção dotadas de ciência e informação. Para Santos (2006, p. 159):

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*.

Nesse contexto, a ideia do meio técnico científico informacional contribui para compreender o panorama dinâmico do circuito espacial produtivo das cooperativas a partir das suas relações econômicas, comerciais e informacionais e da inserção de pacotes tecnológicos no seu mercado de atuação, uma vez que elas possuem uma grande densidade técnica e informacional.

Conforme Santos (2006) é possível compreender o processo de modernizações dos territórios analisando elementos da tecnosfera e da psicofera que se constituem nesse processo. Para Santos (2006, p. 173), “Os espaços da globalização se definem, pois, pela presença conjunta, indissociável, de uma tecnosfera e de uma psicofera, funcionando de modo unitário. A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicofera é a esfera da ação.” Além disso, Santos (2006, p. 172) destaca que:

Tecnosfera e psicofera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais.

A partir dessa concepção de Santos (2006), torna-se possível compreender que o Estado bem como as empresas têm o poder de criar novas normas e a autonomia de reconfigurar a chamada psicosfera de algum determinado setor ao qual estão inseridos. O governo tem a possibilidade de redefinir o aparelho estatal de acordo com as exigências do mercado. Do mesmo modo, uma cooperativa pode criar programas institucionais ou de forma integrada com o sistema cooperativista e que podem estar vinculados com o governo municipal, estadual e federal. Ao mesmo tempo e indissociavelmente, conforma-se a tecnosfera que materializa o sistema de objetos conforme a sua inserção no processo produtivo regional globalizado e que é constantemente alimentado por psicosferas que delinham os projetos de desenvolvimento em conformidade com os projetos hegemônicos pois estes que em primeira instância necessitam desta tecnificação para expandir fronteiras.

No plano da compreensão de elementos da psicosfera percebe-se que diversas entidades discutem ações cujo intuito é inserir a agricultura familiar no circuito espacial da produção regional dominante onde as cooperativas são a mediação entre o agronegócio e o agricultor familiar. No site da OCESC (2021) podemos compreender o destaque dado à educação, formação e informação como um dos princípios do cooperativismo ao dizer que:

Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem educação e formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferecem informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e as vantagens do cooperativismo. (OCESC, 2021, não paginado).

Neste contexto, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) foi criado pela Medida Provisória nº 1.715/1998 e regulamentado pelo Decreto nº 3.017/1999 (OCB, 2021). O SESCOOP realiza ações importantes para o fortalecimento da formação rural, valorizando assim, o cooperativismo como podemos observar a seguir:

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) tem o objetivo de administrar e executar a profissionalização e, proporcionar a promoção social dos associados, dirigentes e funcionários das cooperativas. Além disso, tem a função de assessorar o Governo Federal em assuntos de formação profissional e de gestão de cooperativas. O SESCOOP também está presente em todas as Unidades da Federação. Cada Unidade Estadual desenvolve ações pontuais de acordo com a realidade local. (BRASIL, 2008, p. 34).

Dessa forma, com o apoio do SESCOOP muitas cooperativas ofertam programas sociais organizados em prol dos associados e funcionários, em especial para os jovens do campo. Os

serviços de aprendizagem rural desenvolvidos pelas cooperativas, através da oferta de cursos de valorização do cooperativismo e de capacitação da juventude rural como gestão rural, podem contribuir com a decisão dos jovens de permanecer no campo. Partindo dessa perspectiva, observamos que para muitas famílias rurais conseguir inserir modernizações tecnológicas na produção agrícola de suas propriedades continua sendo uma grande dificuldade. Por isso, buscou-se compreender de que forma as cooperativas interferem no processo de enfrentamento da juventude do campo para conseguir adequar-se às modernizações do sistema de produção rurais estabelecidas pelas novas normatizações de produção agrícola.

Neste contexto, observamos que no município de Cunha Porã, parcela da juventude rural ainda permanece no campo em pequenas e médias propriedades. No caso da AURIVERDE de Cunha Porã, alguns programas sociais são ofertados para a juventude rural. Os programas sociais realizados pela cooperativa são trabalhos desenvolvidos de acordo com que o princípio cooperativista da educação, formação e informação prevê. Neste quesito, o panorama de funcionamento da cooperativa constituída de forma organizada está dando um enfoque especial em contribuir com a melhoria de vida das famílias rurais e contribuindo com a reconfiguração do cenário dos estabelecimentos agropecuários.

Os programas sociais são organizados com intuito de informar especialmente os jovens sobre vantagens do trabalho do campo e de fortalecer os valores cooperativistas. Por exemplo, o programa JovemCoop tem como objetivo instruir a juventude rural com intuito de fortalecer o cooperativismo, através da ideia de que possam trabalhar no campo e contribuir com o desenvolvimento sustentável. (AURIVERDE, 2020). Este programa tem por objetivo também a formação de lideranças cooperativistas focando sobretudo nos jovens. De acordo com as informações disponíveis no site da cooperativa:

A Auriverde desde o ano de 2008 está trabalhando com a formação de Jovens Lideranças Cooperativistas, sendo que até o momento capacitou três turmas denominadas como Fojolico, programa este realizado através do SESCOOP.

No ano de 2014 o referido programa passou por algumas mudanças, inclusive com relação ao nome do programa que passou a ser denominado como Programa Juventude Cooperativista - JovemCoop o qual estamos iniciando a segunda turma, dessa forma até o final de 2016 estaremos com cinco turmas capacitadas, onde aproximadamente 140 jovens beneficiados pelo programa.

O objetivo do programa é de fomentar alternativas e estratégias de fortalecimento do cooperativismo, por meio da preparação de indivíduos conscientes do seu papel para o desenvolvimento sustentável das cooperativas e das comunidades onde atuam. As atividades realizadas são ministradas por instrutores capacitados para este fim de forma criativa e participativa.

Este programa atende jovens, sócios e filhos de sócios que possuem interesse em continuar desempenhando as atividades no meio rural, desenvolvendo um papel de liderança em sua propriedade e na comunidade. (AURIVERDE, 2020, não paginado).

Na Figura 10 a seguir podemos observar uma das turmas formadas no curso JovemCoop. O curso foi realizado pela turma nos anos de 2014 e 2015.

Figura 10 - Formandos JovemCoop - 2015



Fonte: AURIVERDE (2020).

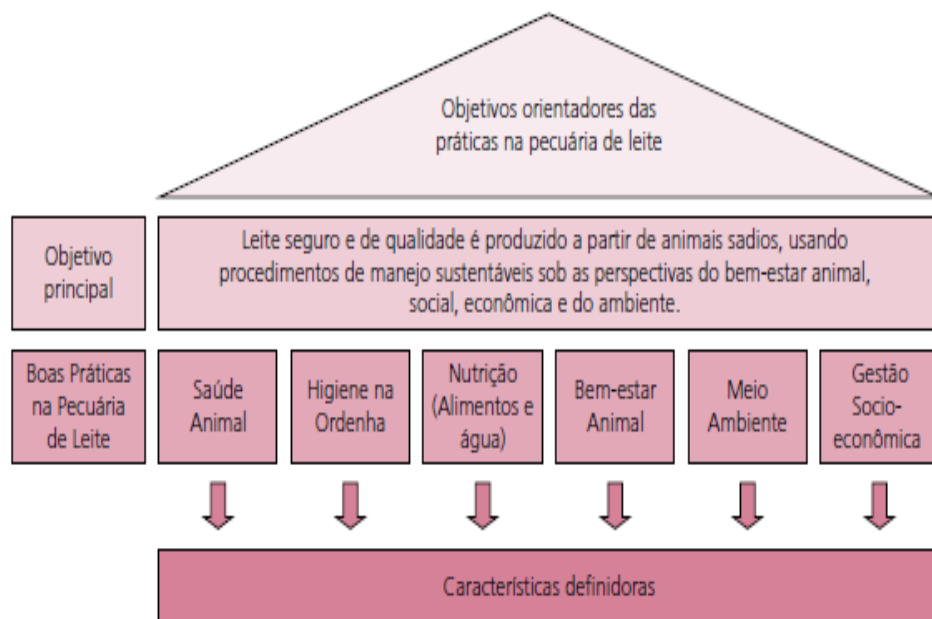
De outro modo, as ações de formação do jovem do campo são organizadas para deixá-los cientes sobre como é possível fazer para adequar-se às novas legislações brasileiras impostas nas duas últimas décadas pelo governo brasileiro para o setor agropecuário. Neste caso, em especial, no que diz respeito à instauração das chamadas Instruções Normativas para a produção do leite, por exemplo, muitos produtores tiveram que melhorar o manejo da produção para conseguir permanecer inseridos na atividade.

Ao descrevermos anteriormente sobre o advento da Revolução Verde no Brasil, Porto-Gonçalves (2004, p. 07), afirma que: “À medida que o componente técnico-científico passa a se tornar mais importante no processo produtivo, maior é o poder das indústrias de alta tecnologia que passam a comandar os processos de normatização (candidamente chamados normas de qualidade).” Diante desse cenário, destacamos algumas medidas tomadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA quanto à criação de normas de qualidade para a produção de leite que de certa forma acabaram obrigando os produtores rurais a modernizarem as suas atividades para conseguirem permanecer no sistema agroindustrial do leite.

Em 1999, o MAPA instituiu a Portaria 56/1999, que regulamenta a qualidade do leite e dá outras orientações, e através dela foi criado o “Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL).” (DURR, 2004 *apud* VILELA *et al.*, 2017, p. 6). No programa, novas regras normativas para a qualidade do leite em nível nacional foram estabelecidas através “[...] da Instrução Normativa 51, vigente de 2002 até 2011 e substituída pela IN 62.” (BRASIL, 2011 *apud* VILELA *et al.*, 2017, p. 7). Assim, muitos produtores se viram obrigados a modernizar para continuarem inseridos neste modelo de produção. Segundo Fagundes (2006, p. 35), a Instrução Normativa 51, “[...] determinou novas normas de produção, de identidade e de qualidade dos leites tipo A, B, C, pasteurizado e cru refrigerado, além de regulamentar a identidade e qualidade do leite cru refrigerado, de seu transporte a granel, bem como do leite pasteurizado.”

Sendo assim, essas novas instruções normativas para a qualidade do leite foram sendo reformuladas ao longo da última década, sempre com mais exigências e acabam obrigando os produtores de leite a adequarem-se às novas regras. Dessa forma, para que os agricultores consigam aderir às novas normatizações da produção, importantes entidades, até mesmo mundiais, elaboraram materiais para orientar os produtores de leite. Em 2013, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a International Dairy Federation (IDF) organizaram e publicaram o “Guia de boas práticas na pecuária de leite”.

Figura 11 - Guia de boas práticas na pecuária de leite



Dessa forma, esses objetivos orientadores para boas práticas na pecuária leiteira são elementos propulsores para a modernização do campo e que vão se desdobrar na constituição do meio técnico científico informacional para permitir a inserção no circuito espacial de produção e para promover círculos de cooperação. As exigências normativas são inúmeras e como no caso de Cunha Porã, dentre as atividades inseridas no cooperativismo agropecuário, a bovinocultura de leite está presente em grande parcela dos estabelecimentos agropecuários, existe uma atenção especial para a oferta de cursos que são voltados para a capacitação da juventude rural que possuem a atividade do leite em suas propriedades.

Torna-se importante destacar, que neste contexto da formação rural, a AURIVERDE não é a única entidade empresarial que difunde a difusão dos cursos profissionalizantes. Em Cunha Porã, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, disponibiliza assistência técnica e cursos de capacitação rural para as famílias agrícolas, na qual a juventude tem demonstrado interesse em fazê-los.

Durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2018, a EPAGRI de Cunha Porã capacitou 29 jovens do município no curso de Gestão, Liderança e Empreendedorismo para Jovens Rurais. (EPAGRI, 2018).

Figura 12 - Capacitação da juventude rural



Fonte: EPAGRI (2018).

Segundo a EPAGRI (2020), a entidade abriu inscrições para uma nova turma que será capacitada no curso denominado “Juventude Rural” que também é organizado pela Epagri. No curso são ensinadas aos jovens agricultores, na teoria e na prática, várias técnicas voltadas ao

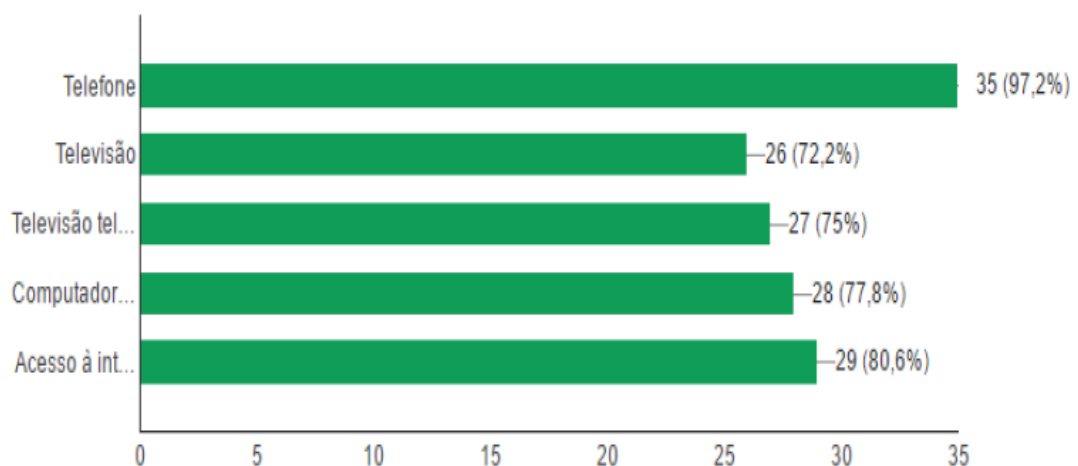
desenvolvimento da atividade da bovinocultura de leite. O curso é organizado em parceria com a Administração Municipal, Secretaria da Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Auriverde, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Sicoob, Sicredi e o Banco do Brasil.²

Além disso, hoje sabemos que o meio rural está cada vez mais conectado e muitos elementos que eram exclusivos do modo de vida urbano como os meios de comunicação foram difundidos com maior intensidade também no meio rural, principalmente na última década. Segundo Boniatti e Fabris (2017, p. 23):

Em pesquisa realizada na disciplina de Sucessão Rural, no curso de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável, disponibilizado pela 29ª ADR de Palmitos e aplicada pela então FAI Faculdades de Itapiranga [hoje UCEFF] no ano de 2016 ministrada pelo professor Hervaldo Trebien, foram entrevistadas 36 famílias em 7 municípios que compõem a 29ª ADR de Palmitos [...].

Cabe aqui ressaltar que na época o município de Cunha Porã pertencia a 29ª Agência de Desenvolvimento Regional - ADR de Palmitos que atualmente faz parte da ADR de Maravilha. Uma das perguntas do questionário foi a seguinte: “Quais os equipamentos e serviços estão presentes na propriedade, como opção telefone, televisão, televisão tela plana, computador/notebook, acesso à internet.” Os dados obtidos na pesquisa nos revelam algumas informações importantes. Vejamos no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Equipamentos e serviços presentes nas propriedades da 29ª ADR - 2016



Fonte: Dados da pesquisa, *apud* Boniatti; Fabris (2017).

² Em virtude das restrições para o combate da Pandemia do Covid-19, o curso iniciou em julho de 2021, e neste ano, além das outras entidades, o curso foi organizado com a parceria da Cresol. Ver mais em: <https://www.cunhapora.sc.gov.br/noticias/ver/2021/08/e-realizado-o-primeiro-dia-de-curso-de-jovens-sobre-o-tema-bovinocultura-de-leite>.

No gráfico, destacamos a porcentagem das famílias entrevistadas que possuem acesso à internet nas propriedades, na qual 80% delas têm a disponibilidade desse meio de comunicação. Para Boniatti e Fabris (2017, p. 23) a internet é considerada:

[...] uma importante ferramenta para acesso a novas tecnologias disponíveis não só para o meio urbano, mas também e principalmente para o meio rural, hoje estão disponíveis previsões meteorológicas, por exemplo, que podem auxiliar no momento da sementeira, da aplicação de adubos, produtos para controle de pragas, doenças e plantas invasoras, aplicativos que permitem saber a interação entre produtos agroquímicos e suas implicações nas aplicações sobre as lavouras, sem contar na facilidade de comunicação com os fornecedores, assistência técnica, compradores, por exemplo. O mundo globalizado dentro das propriedades da agricultura familiar contribui para seu desenvolvimento social, cultural, econômico e social, favorecendo a sucessão familiar rural.

Neste contexto, tornou-se necessário saber se a difusão do princípio cooperativista da educação, formação e informação, através da oferta de cursos de capacitação rural tornou-se um fator decisivo para a juventude rural optar em permanecer no campo. Além disso, tornou-se importante verificar quais são os reflexos da capacitação da juventude rural no campo. São dois temas que serão apresentados no próximo item 4.2.

4.2 NOVOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NA BOVINOCULTURA LEITEIRA CONSTITUINDO A TECNOSFERA

As cooperativas e as entidades do Estado voltados ao setor agropecuário objetivam contribuir com a vida e o trabalho dos produtores rurais, na busca da modernização de seus sistemas de produção e suprir as suas necessidades econômicas, através das ações realizadas pelo assistencialismo técnico nas propriedades. No atual cenário agrícola do município de Cunha Porã, existem pequenas e médias propriedades bem consolidadas economicamente, muito em virtude da melhoria da gestão das propriedades e do manejo adequado das terras e dos animais. Isso é reflexo das ações realizadas pela AURIVERDE e pela EPAGRI para a juventude do campo através dos cursos de capacitação rural que oportunizam conhecimentos de acordo com a realidade das propriedades rurais.

No contexto da tecnificação na bovinocultura de leite em Cunha Porã, a juventude rural e suas famílias dependeram dos sistemas de ações e sistemas de objetos (SANTOS, 2006) das empresas regionais que definem verticalmente os sistemas técnicos e as normas com base nas regulamentações federais. Para Santos (2006, p. 39), “Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e,

de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.”

Dessa forma, podemos compreender que a atuação da AURIVERDE e da EPAGRI com suas estruturas de atuação desenvolvem suas ações como cursos de capacitação rural e assistência técnica aos agricultores e essas ações resultam na criação de novas técnicas de produção que são construídas no mesmo espaço produtivo dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, os objetos novos, as técnicas novas estão substituindo as técnicas de produção que eram tradicionais. Para Santos (2006, p. 61-62):

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar.

Partindo dessa perspectiva, torna-se possível encontrar no município novos sistemas de produção implementados nas propriedades com produção leiteira. O cenário da estrutura dos estabelecimentos agropecuários de Cunha Porã está sendo reconfigurando através dos investimentos dos agricultores para a modernização do manejo que envolve todo o processo produtivo do leite, desde o plantio das pastagens até a venda do produto para as cooperativas que possuem laticínios e outras empresas. Neste contexto, os novos sistemas de produção implementados nas propriedades de produção leiteira são técnicas desenvolvidas com o objetivo de aumentar a produção de leite e melhorar a qualidade do leite, segundo as normas hegemônicas que padronizam a produção. Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR (2015), existem três sistemas de criação na produção de leite como podemos conferir no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Sistemas de criação

A pasto	Semiconfinado	Confinamento total (Free-Stall)
As vacas ficam ao ar livre a maior parte do tempo, retornando apenas para a ordenha e os animais obtêm seu alimento da pastagem.	Os animais têm acesso ao pasto, mas recebem grande parte da alimentação no cocho, geralmente ficam parte do dia estabulados.	As vacas ficam permanentemente em instalações, onde é oferecida toda a alimentação no cocho.

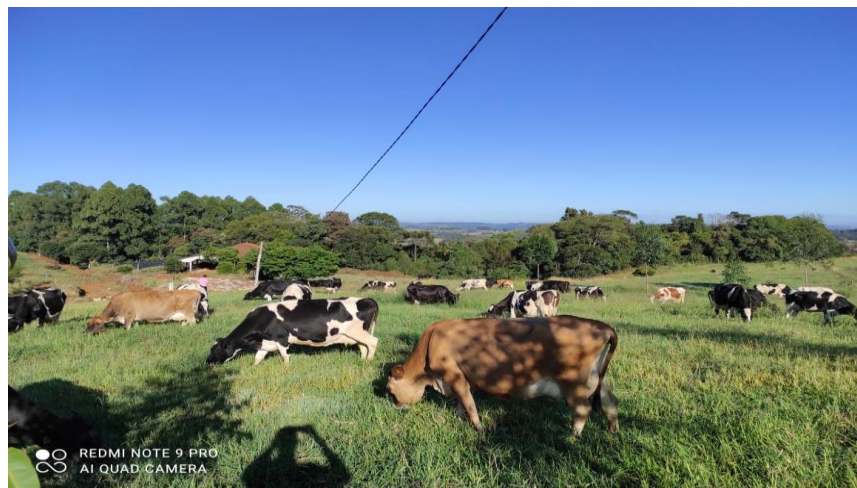
Fonte: SENAR (2015).

Dessa forma, os elementos da técnica, ciência e informação estão cada vez mais ocupando espaço no cenário rural de Cunha Porã num processo de modernização tecnológica da atividade leiteira. Nessa perspectiva, para Jochims, Dorigon e Portes (2016, p. 20) esse movimento acontece porque a região Oeste Catarinense tem o:

[...] potencial de organizar e planejar sistemas produtivos sustentáveis nos aspectos ambiental, econômico e social. Como as propriedades têm restrições de área e reduzida mão de obra, o objetivo é produzir leite com o menor custo possível, otimizando os recursos disponíveis. Nesse contexto, o sistema produtivo preconizado é de produção de leite a pasto, no qual o pasto - alimento com menor custo de produção - deve ser a base da alimentação das vacas. Assim, os animais devem buscar na pastagem seu alimento, otimizando o trabalho. A silagem, os fenos e os alimentos concentrados ficam indicados para ser utilizados estrategicamente e somente como complemento à alimentação.

Esta forma de produção destacada pelos autores, do sistema de criação a base de pasto, é difundida pela EPAGRI nas propriedades do município de Cunha Porã cujo foco é a produção de leite com menor custo de produção. Nesse sistema são realizados o pastoreio rotacionado e em alguns casos a irrigação das pastagens, e também o sistema silvipastoril que envolve a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). No pastoreio rotacionado, a área total de pastagens das propriedades é dividida em vários piquetes (lotes menores), ao qual as vacas em lactação em um dia consomem a pastagem de 1, 2 ou 3 piquetes. Depois disso, essa forma de manejo de consumo da pastagem acontece sucessivamente nos dias seguintes. Neste processo, as pastagens que foram consumidas nos dias anteriores ficam alguns dias em repouso e após serem adubadas as pastagens rebrotam e podem ser consumidas novamente por mais duas, três ou quatro vezes, dependendo do tipo de pastagem.

Figura 13 - Sistema de produção de leite a pasto no interior de Cunha Porã



Fonte: Acervo Anderson Assmann (2021).

Neste sistema de pastoreio, pode ser integrado um sistema de irrigação das pastagens. Esta técnica é utilizada pelos agricultores para não sofrerem com as épocas de seca ou estiagem, na qual a falta de chuva e o forte calor acabam danificando o desenvolvimento das pastagens, bem como a qualidade desse alimento para as vacas e conseqüentemente acaba resultando na diminuição da produção leiteira. Sendo assim, na falta de chuva e com o controle adequado da disponibilidade de água em fontes e açudes presentes nas propriedades, a irrigação das pastagens pode prevenir uma possível queda drástica da produção do leite.

Figura 14 - Irrigação de pastagens



Fonte: Banco de imagens da Embrapa. Brutti (2015).

O sistema silvipastoril também pode ser integrado no sistema de pastoreio rotacionado. Essa técnica consiste na integração da lavoura (pastagem) com a pecuária (gado de leite) e a floresta (em geral, árvores de eucalipto para sombreamento). Conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2019, não paginado):

O sistema silvipastoril é uma opção tecnológica de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) que consiste na combinação intencional de árvores, pastagens e gado numa mesma área e ao mesmo tempo. A aprovação da Lei 708/07 (02/04/2013), que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) no Brasil, reforça o crescente interesse na utilização de sistemas de produção sustentáveis.

Segundo Silva *et al.* (2009, p. 09), “Em sistemas silvipastoris, a produção animal é beneficiada pela melhoria das condições ambientais (proteção contra geadas, ventos frios,

granizo, tempestades, altas temperaturas, etc.).” O fator preponderante desse sistema é a proteção dos animais contra as altas temperaturas. Com o plantio das árvores, a sombra contribui para amenizar o calor e com o bem-estar dos animais, proporcionando assim, uma maior produtividade de leite das vacas.

Figura 15 - Vacas pastejando em sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta



Fonte: fotografia registrada pelo autor (2021).³

Ainda segundo os autores, são vários os benefícios do uso do sistema silvipastoril como podemos ver a seguir:

Os resultados já obtidos em trabalhos de instituições de pesquisa e extensão rural, bem como em áreas de produtores rurais, apontam para as seguintes perspectivas do uso de sistema silvipastoril: Aumento na taxa de lotação das pastagens em comparação aos sistemas de pecuária convencional; Promoção do controle da erosão; Menor frequência de reformas em pastagens; Melhor condição para o desempenho animal (reprodução e produção) por meio do aumento do conforto e proteção dos animais e das pastagens; Eliminação de investimentos na construção de sombra artificial aos animais, sobretudo para o gado de leite; Maior oferta de forragem com valor nutritivo superior em função da melhoria da fertilidade do solo; Produção de madeira para serraria e laminação. (SILVA *et al.*, 2009, p. 10-11).

Desse modo, esse sistema de produção é um modelo que tem como discurso o desenvolvimento sustentável das propriedades, mas precisamos considerar que a noção de

³ Esta e as próximas Figuras que são “fotografias registradas pelo autor” foram tiradas na propriedade da família Assmann, na comunidade da Linha Salete, em Cunha Porã.

sustentabilidade vai muito além de um certo equilíbrio econômico uma vez que este está totalmente atrelado ao grande agronegócio o que limita a autonomia do agricultor e o deixa as vezes refém dos preços do mercado global, além das implicações no processo de especialização numa só atividade, um monocultivo. Como vimos no capítulo anterior, a EPAGRI está fortalecendo o sistema de produção de leite à base de pasto através de cursos de capacitação rural para a juventude do campo, mas essa não está sendo a única opção de escolha de produção para eles. Outra realidade evidenciada no setor produtivo do leite em Cunha Porã, que aos poucos vêm ganhando cada vez mais espaço nos estabelecimentos agropecuários é a adoção de sistemas de criação denominados de *Free Stall* e *Compost Barns*. Esses sistemas consistem na criação do gado de leite em confinamentos, em construções cobertas na qual os animais são beneficiados com sombreamento, são protegidos do calor e recebem alimentação e água no local. Porém, segundo Jochims, Dorigon e Portes (2016, p. 20):

Tais sistemas, além de dispendiosos, seguem em direção contrária ao sistema preconizado e mais bem adaptado às condições da grande maioria das propriedades da região. Cabe ainda ressaltar que o custo para a incorporação dessas novas tecnologias exige escalas mínimas de produção para que elas tenham viabilidade econômica, pois esses sistemas demandam expressivos investimentos em instalações, equipamentos e despesas com insumos, especialmente para a alimentação.

Sendo assim, mesmo que a implantação e manutenção desse sistema seja caro, uma parcela dos jovens agricultores de Cunha Porã, estão adotando essa técnica de criação dos animais. Os motivos pelos quais os agricultores estão adotando esse sistema de criação se justifica por conta da influência dos fatores climáticos, mas sobretudo pelo fato de que o sistema proporciona o aumento da produtividade de leite. De acordo com o SENAR (2015, p. 17):

O Free-stall (sistema de confinamento total), quando bem planejado e administrado, pode obter grande lucratividade. Por isso, este sistema cresce no Brasil e no mundo, principalmente, quando há limitações climáticas para a criação ao ar livre. O clima brasileiro, especialmente no verão, é um desafio a mais para os produtores, pois temperaturas elevadas e alta umidade causam estresse nos animais, que diminuem sua produção e, conseqüentemente, o lucro gerado por meio do leite.

Dessa forma, torna-se pertinente destacar que algumas dessas técnicas inseridas na atividade leiteira foram desenvolvidas por conta da interferência das condições climáticas e meteorológicas no modo de criação das vacas e na produção de leite, principalmente em períodos específicos do ano, como em períodos de seca e estiagem ou durante eventos de geadas e chuvas intensas.

Neste contexto, os municípios da região Oeste de Santa Catarina, a exemplo de Cunha Porã sofrem em períodos do ano com a influência do clima. A maioria dos produtores plantam a pastagem anual de verão e a pastagem anual de inverno. Em meados do mês de fevereiro a pastagem de verão termina seu ciclo para o consumo animal e depois é realizado o plantio da pastagem de inverno. Neste período, a oferta de pasto para os animais fica reduzida e consequentemente a produção de leite diminui consideravelmente.

Além disso, na região Oeste ocorre a temporada de frio durante a passagem da estação de inverno. O problema em questão da estação de inverno é que às vezes ocorrem alguns episódios de geada ou de dias muito chuvosos, esses fatores acabam dificultando a manutenção das pastagens, pois uma possível geada pode danificar as pastagens perenes de verão bem como em dias chuvosos, as pastagens e o solo ficam parcialmente compactados pelo pisoteio do gado. Já durante a estação do verão, os animais acabam sofrendo com estresse ocasionado pelas altas temperaturas, o que também incide na diminuição da produtividade do leite. Por esses motivos, uma parcela das famílias rurais, estão aderindo à construção dos *Free Stall* e *Compost Barns*. Sobre o *Compost Barn*, segundo Bernardes (2020, não paginado):

Este sistema é formado por um galpão com uma cama grande de compostagem. A cama se separa do corredor de alimentação e é comum para os animais. No compost barn, os animais ficam livres para caminhar no galpão e possuem amplo espaço para deitar, garantindo melhor conforto e bem-estar. O diferencial deste sistema é a compostagem que ocorre ao longo do tempo com o material da cama e a matéria orgânica dos dejetos dos animais.

Os técnicos em agropecuária, engenheiros agrônomos e extensionistas fornecem assistência técnica para os produtores de leite melhorarem o manejo do plantio e da produção dos alimentos como o milho para fazer silagem e diversos tipos de pastagens que são consumidos pelos animais. Neste contexto, ao mencionar sobre o uso de fotografias de satélite como um elemento técnico e científico que contribui com o homem na organização dos processos produtivos hegemônicos, Santos (2006, p. 162) afirma que:

Cientistas puros e aplicados valem-se desses instrumentos de acompanhamento e previsão para aperfeiçoar o conhecimento das leis da natureza física, antever o respectivo comportamento e, de posse dessas preciosas informações, alcançar uma implementação consequente das atividades econômicas e sociais. As áreas em que tal instrumentação é disponível podem permitir aos seus usuários um maior grau de certeza e sucesso na realização de operações, sabido que, em muitos casos, na agricultura e na indústria, certas etapas do processo produtivo alcançam maior rentabilidade, quando empreendidas em condições meteorológicas favoráveis. A preparação das terras, a sementeira ou o plantio, a utilização de adubos ou de fungicidas podem ter mais ou menos eficácia segundo as condições de tempo em que são feitas. Tudo isso tende a favorecer os empresários, uma vez que tenham prévio

conhecimento das condições meteorológicas em que cada fração do trabalho e cada fração de capital serão utilizadas.

Vejamos nas imagens a seguir exemplos de como são as infraestruturas dos sistemas de criação acima mencionados que estão sendo construídos pelos bovinocultores de leite de Cunha Porã.

Figura 16 - Sistema de alimentação de vacas em regime de confinamento



Fonte: Banco de imagens da Embrapa. Okubo Filho (2013).

Figura 17 - Sistema de criação: Free-Stall



Fonte: Bernardes (2020).

Figura 18 - Sistema de criação: Compost Barn



Fonte: Bernardes (2020).

Durante os últimos dez anos muitas mudanças ocorreram no setor. Para que os produtores conseguissem melhorar a qualidade do leite e aumentar a produtividade em suas propriedades bem como contribuir com o seu bem-estar ao realizar os trabalhos, outras técnicas de trabalho foram desenvolvidas. Dentre elas podemos destacar: a estrutura em que se apresentam as salas de ordenha, a maneira de como é feito o manejo da ordenha das vacas e como é realizado o armazenamento do leite.

Hoje, o trabalho é realizado de forma menos exaustiva, a utilização das novas tecnologias no processo de produção, além de trazer mais conforto aos animais proporcionam uma sensação de bem-estar para os agricultores que não precisam mais se desgastar tanto fisicamente para realizar os trabalhos. Antigamente a ordenha era feita de forma manual e hoje ocorreram muitas transformações a exemplo das construções das salas de ordenha tradicionais para as salas de ordenha com fosso, na qual agora os produtores podem tirar leite em pé com ordenhadeiras mecanizadas. Veja nas imagens a seguir as mudanças ocorridas na última década nas construções que servem para realizar o manejo da ordenha das vacas.

Figura 19 - Ordenha manual



Fonte: Alves (2020).

Figura 20 - Ordenha balde ao pé



Fonte: Famasul *apud* Silvestre (2021).

Figura 21 - Ordenha canalizada



Fonte: fotografia registrada pelo autor (2021).

Ao observarmos nas imagens acima podemos perceber a transformação na concepção da forma de trabalho dos produtores da atividade leiteira. Nessa questão, os produtores se viram obrigados a mudar a forma de refrigerar o leite conforme as mudanças que ocorreram nas normatizações. Anteriormente, se permitia refrigerar o leite em latões imersos em tanques de água gelada. Já as novas instruções normativas determinaram aos produtores usarem somente os resfriadores a granel como podemos ver na Figura 22 a seguir.

Figura 22 - Armazenamento do leite



Fonte: fotografia registrada pelo autor (2021).

Desse modo, com a inserção de novas técnicas de produção, novos sistemas de criação e práticas de manejo, dentre as *commodities* agrícolas produzidas em Cunha Porã, a produção do leite acaba representando uma significativa parcela do movimento econômico do município.

No ano de 2019, Cunha Porã ocupou a 11ª posição em produção de leite dentre os 118 municípios pertencentes à Mesorregião Oeste com 44 milhões de litros produzidos, na qual o município de Concórdia ocupou a 1ª posição com mais 82 milhões de litros produzidos no ano de 2019 (IBGE, 2019). Já dentre os 38 municípios pertencentes à Microrregião de Chapecó, Cunha Porã ocupou a 2ª colocação em produção de leite. Observe os principais municípios produtores de leite da Microrregião de Chapecó no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Principais municípios produtores de leite da Microrregião de Chapecó - 2019

	Municípios	Produção (x mil litros/ano)
1º	Palmitos	50.200
2º	Cunha Porã	44.000
3º	São Lourenço do Oeste	37.220
4º	São Carlos	37.000
5º	Saudades	36.000
6º	Pinhalzinho	33.401
7º	Caibi	31.954
8º	Coronel Freitas	30.000
9º	Chapecó	28.616
10º	Campo Erê	26.884

Fonte: adaptado de IBGE (2020).

Os números expressivos de produção de leite de Cunha Porã contribuem no contexto econômico do circuito espacial produtivo do leite em âmbito regional e estadual. Em Santa Catarina, no ano de 2013 o leite ocupava a 2ª posição na formação do valor bruto da produção da agropecuária catarinense.

A produção de leite na região passou de 274,7 milhões de litros em 1990, para 2,2 bilhões de litros em 2014, aumentando o equivalente a 8 vezes nesse período.

Esse crescimento de produção, acompanhado do aumento do preço aos produtores nos anos recentes, fez com que em 2013 o leite alcançasse a 2ª posição na formação do valor bruto da produção (VBP) da agropecuária catarinense, superado apenas pela carne de frango. Atualmente o Oeste Catarinense responde aproximadamente por 3/4

do total do leite produzido em Santa Catarina. (JOCHIMS; DORIGON; PORTES, 2016, p. 19).

Segundo a EPAGRI (2019, não paginado), atualmente “O leite é a atividade agropecuária que mais cresce em Santa Catarina e envolve 45 mil produtores em diversos municípios do estado. A grande bacia leiteira catarinense é a região Oeste, que responde por 75% de todo leite produzido - quase 2,4 bilhões de litros.” Atualmente, a região Oeste é responsável pela maior parte da produção de leite em Santa Catarina e em 2016 foi considerada “[...] a terceira maior bacia leiteira do Brasil, menor apenas que as bacias leiteiras do noroeste do Rio Grande do Sul e do Triângulo Mineiro.” (JOCHIMS; DORIGON; PORTES, 2016, p. 20).

Neste cenário, torna-se possível compreender que a conexão entre a psicofera criada pelo processo formativo e a tecnofera fruto do empreendedorismo rural instigado pelas cooperativas são viabilizados pelos sistemas de crédito. Segundo Santos (2006, p. 161):

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações.

Como vimos anteriormente, a inserção das propriedades no processo de modernização hegemônico, se dá sobretudo através das ações realizadas pela AURIVERDE e pela EPAGRI que mobilizam aparatos técnicos, científicos e informacionais, através da assistência técnica de extensionistas e cursos profissionalizantes voltados principalmente para a gestão e o manejo das propriedades.

Contudo, para que tudo isso pudesse tornar-se realidade os agricultores necessitam buscar crédito para conseguir implementar as novas tecnologias nas suas propriedades. Por isso, neste contexto entram em cena os bancos cooperativistas que fornecem linhas de crédito para as famílias do campo através de empréstimos e financiamentos rurais.

Através do cooperativismo os produtores rurais podem ter muitos benefícios, um deles é conseguir tornar o sistema de produção mais organizado e também seu plano de negócio no leite mais eficiente. Os produtores estão tendo acesso ao conhecimento e tecnologias, sem contar a facilidade para conseguir capital para investimentos, com isso os mesmos estão sendo incentivados às mudanças e modernização, com esses benefícios se tornou possível agregar valor ao leite a partir da comercialização em conjunto com os mercados locais, de outras regiões e outros estados. (DAVID, 2009 *apud* SOARES; MACÊDO; SILVA, 2019, p. 8494).

No município de Cunha Porã atuam três cooperativas de crédito com atuação local, regional e interestadual. Como já mencionadas anteriormente, são a SIDREDI que foi implantada no ano de 2007, a CRESOL que foi inaugurada em 2020 e a SICOOB CREDIAL que é a mais antiga. A matriz da SICOOB CREDIAL está localizada em Cunha Porã desde 1985. Isso demonstra que Cunha Porã tem um excelente desempenho no movimento econômico agropecuário e que o setor está em grande fase de desenvolvimento.

As cooperativas de crédito exercem uma grande influência nessa nova onda da modernização agrícola. Em primeiro momento, a AURIVERDE e a EPAGRI disponibilizam cursos de capacitação rural para os jovens agricultores e a partir disso eles são instigados a investir e modernizar as propriedades de suas famílias. Com isso, a juventude busca o crédito rural nos bancos cooperativistas para pagar à longo prazo e assim conseguir adquirir as novas técnicas de infraestrutura e equipamentos para o manejo das vacas e da produção do leite.

Por último, os agricultores, com o desenvolvimento da propriedade e o aumento da produtividade têm a obrigação de pagar o empréstimo à longo prazo. Depois disso, requer-se que os agricultores tenham um bom planejamento nas suas propriedades para que de fato consigam pagar os empréstimos ou financiamentos e ainda conseguir fazer sobrar renda.

Neste cenário, ao mesmo tempo que há uma inserção do jovem no campo que permite a sua permanência há também uma reprodução cíclica do processo de dependência das grandes corporações que no médio prazo poderia chegar a inviabilizar a própria permanência devido ao constante ciclo de modernizações tecnológicas que significam mais investimento financeiro, endividamento e dependência. Isso sem contar com as oscilações dos preços de mercado da compra e venda do leite e dos custos de produção, que podem dificultar a gestão financeira das propriedades em que ocorrem altos investimentos, como é o caso do preço do leite que nos primeiros meses de 2021 tiveram uma queda do preço e a ração que é utilizada no trato dos animais obteve grandes aumentos. Dessa forma, o contexto da rentabilidade da produção na bovinocultura de leite torna-se instável bem como o futuro da atividade pode ser imprevisível quanto a diminuição ou não das propriedades de leite.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender o contexto da permanência dos jovens no campo no processo de tecnificação da bovinocultura leiteira em Cunha Porã. Neste contexto, buscamos analisar como funciona o circuito espacial produtivo do sistema cooperativista e a difusão do princípio cooperativista da educação, formação e informação para a juventude rural em Cunha Porã no século XXI e os reflexos desse movimento político, social e econômico no campo.

A noção do circuito espacial produtivo e círculos de cooperação (SANTOS, 2006; CASTILLO; FREDERICO, 2010) e os conceitos de Santos (2006) de horizontalidades e verticalidades, de meio técnico científico informacional e de tecnosfera e psicosfera, nos auxiliaram para compreender estes processos.

Para o desenvolvimento da pesquisa estavam previstas a realização de entrevistas em várias propriedades rurais de Cunha Porã que têm a presença da juventude no trabalho do campo. Porém, por motivo das restrições de combate à Pandemia do Covid-19 estabelecidas pelos órgãos de saúde e governos estadual e municipal não foi possível realizar as entrevistas. Por isso, no que diz respeito as imagens destacadas e discutidas na pesquisa, algumas são registros fotográficos realizados pelo autor na propriedade da família Assmann, localizada na comunidade da Linha Salete de Cunha Porã e as demais imagens são oriundas do banco de imagens da EMBRAPA e de outros sites eletrônicos.

Nesse sentido, foi possível compreender que a capacitação da juventude rural realizada pela AURIVERDE e pela EPAGRI, entre outras ações destas entidades abrem possibilidades para a permanência do jovem no campo num papel de empreendedor que, mesmo atrelado ao grande agronegócio, sentiu-se estimulado a permanecer e investir na atividade leiteira. A parcela da juventude rural do município que hoje permanece no campo já fez algum curso de capacitação rural voltado a gestão, ao desenvolvimento sustentável e ao empreendedorismo rural e assim buscaram estar inovando seus sistemas de produção para aumentar a produção e a qualidade do leite. Tornou-se possível perceber que os jovens agricultores fizeram e estão fazendo mudanças nos estabelecimentos agropecuários de suas famílias e hoje podem ser considerados médios e grandes produtores de leite.

Dito isto, percebemos que os cursos de capacitação rural ofertados pela AURIVERDE e pela EPAGRI, em grande parcela, exercem um papel importante no estímulo e apoio à permanência da juventude no campo. A assistência técnica disponibilizada pelas empresas e os novos conhecimentos adquiridos pela juventude rural vêm exercendo um forte laço de

representatividade para as famílias rurais. Ao mesmo tempo que a juventude rural está investindo nas propriedades com a modernização tecnológica nos seus sistemas de produção, ela vai conseguindo adequar-se às normatizações para a qualidade do leite impostas pelo governo e órgãos de regulamentação cabíveis ao setor. Por isso, as contribuições das entidades citadas são determinantes para o desenvolvimento das propriedades nas suas respectivas áreas de atuação. Ainda mais agora, diante das novas normatizações que até então os agricultores tinham enormes dificuldades para conseguir adequar-se.

Dessa forma, o espaço geográfico rural de Cunha Porã está sendo reconfigurado nas últimas décadas tanto socialmente quanto economicamente. Tudo isso nos mostra que as ações da AURIVERDE e da EPAGRI vão além de seu âmbito técnico ao promover ações que moldam o cotidiano das famílias rurais e que contribuem com o desenvolvimento da agricultura local e regional a qual estão inseridas. No passado recente, a tecnificação do território, de um modo em geral, acabava resultando na expulsão das pessoas do campo. No caso de Cunha Porã, isso ainda acontece, mas em menor escala, pois através dos trabalhos realizados pela AURIVERDE e EPAGRI, a inserção tecnológica no processo produtivo está sendo viabilizada com o objetivo de permitir a participação dos produtores de leite no mercado diante das novas normatizações o que acaba contribuindo para a permanência do jovem no campo.

Nesse sentido, podemos analisar que a tecnificação do território rural de Cunha Porã está sendo conduzida por uma parcela da juventude rural e viabilizada pelo sistema cooperativista. Mesmo contribuindo com a permanência do jovem no campo, torna-se necessário destacar que se desenvolve ao mesmo tempo, uma grande dependência dos sistemas de ações e sistemas de objetos das grandes empresas que definem verticalmente os sistemas técnicos e as normas.

Na medida que as novas técnicas de produção são estabelecidas, as normas de qualidade para a produção leiteira ficam cada vez mais rígidas e os produtores que não se adequarem a produzir leite com qualidade acabarão desistindo da atividade pois as empresas já não compram e coletam o leite dos produtores que não atingem as metas de qualidade do leite produzido em seus estabelecimentos agropecuários. Para Santos (2006, p. 154):

Através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Estas novas necessidades de regulação e

controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais.

Uma outra questão muito importante a ser destacada é sobre a produção de outros tipos de alimentos que em função da dedicação à produção do leite, está deixando de ser viável, assim (re)cria-se outro ciclo de dependência em relação à compra de alimentos. Neste contexto, podemos pegar como exemplo a produção de feijão que em Cunha Porã era produzido em grande escala no passado e hoje os próprios agricultores quase não produzem mais e compram nos supermercados.

Dessa forma, a produção de leite, frangos, suínos e grãos como o milho, soja e trigo estão dominando a produção agrícola e o mercado econômico agrícola local e regional e cada vez mais novos pacotes tecnológicos (químicos, maquinários e processos de manejo) são inseridos nesses modelos de produção. Por um lado, os objetos que constituem as novas tecnologias podem contribuir com a questão financeira ao propiciar o aumento da produtividade mas por outro lado podem comprometer os recursos naturais e por consequência a saúde das pessoas, visto que cada vez mais são utilizados maiores quantidades de fertilizantes químicos e agrotóxicos nas lavouras para que as plantas possam se desenvolver e produzir mais.

Neste contexto, existe um alto nível de dependência que acaba promovendo um processo de especialização territorial que tende ao monocultivo regional fadado de uma intensa modernização produtiva da bovinocultura leiteira e de um grande crescimento econômico da atividade que merece um estudo mais aprofundado para compreender o que se desdobrará deste processo. Dessa forma, a organização e o desenvolvimento de várias ações instauradas pelo sistema cooperativista e outras entidades com as famílias rurais, nos permitiu analisar e perceber como o atual modelo agrícola está adquirindo novos rumos e novas formas de produção, bem como abre novos horizontes para futuros estudos mais aprofundados sobre esta temática de pesquisa para que possamos contribuir com a ciência geográfica do presente século XXI, especialmente com a Geografia Rural.

REFERÊNCIAS

- ALBA, Rosa Salete. **A produção do espaço urbano de Chapecó-SC**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77858>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: Histórico, situação atual e perspectiva**. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 2003. Disponível em: https://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/estudos_e_pub/As%20Cooperativas%20Agropecuarias%20e%20o%20BRDE.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.
- ALVES, Mayk. **Na ordenha manual, o leite é retirado pelas mãos do ordenhador**. Agronegócio. Agro 2.0. 2020. Disponível em: <https://agro20.com.br/ordenha-manual/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. **As políticas públicas para a juventude rural: balanço, perspectivas e questões para o debate**. Porto Alegre, nov. 2012. Seção Opinião Pública. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/as-politicas-publicas-para-a-juventude-rural-balanco-perspectivas-e-questoes-para-debate/>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BELTRÃO, Tatiana. **Há 100 anos, o fim da sangrenta Guerra do Contestado**. Agência Senado, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BERNARDES, Aline. **Tipos de instalação de confinamento de vacas leiteiras e suas vantagens e desafios**. PRODAP, 2020. Disponível em: <https://prodap.com.br/pt/blog/instalacoes-para-gado-de-leite-quais-sao-como-fazer-e-vantagens>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- BLOG DO PRISCO. **Cooperativismo no oeste de SC**. 2019. Disponível em: <https://www.blogdoprisco.com.br/cooperativismo-no-oeste-de-sc/>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- BONIATTI, Marlene; FABRIS, Adilson José. **Juventude rural no oeste catarinense**. Santa Catarina. 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Marlene-Boniatti.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. - Brasília: Mapa/SDC/DENACCOOP, 2008. 48 p. ISBN 978-85-99851-34-0. Disponível em: Acesso em: 30 out. 2019.
- BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Mapas e Bases dos Modos de Transporte**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bitmodosmapas#maprodo>. Acesso em: 05 mai. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **Cooperativa**. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. - Brasília: Sebrae, 2014.

62p.: il. (Série Empreendimentos Coletivos). Disponível em:

[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/\\$File/5193.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/$File/5193.pdf). Acesso em: 26 fev. 2021.

CASSOL, Evaldo. **A Secretaria dos Negócios no Oeste - SNO: as ações do Estado no desenvolvimento regional Catarinense (1963-1992)**. Dissertação (Mestrado em História).

Universidade Passo Fundo. Passo Fundo, 2013. Disponível em:

<http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/65/1/2007EvaldoCassol.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento:**

uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*,

Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11336>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. São Paulo: Revista Histórica, 2005. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTerra.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

COOPERA1. **História**. 2021. Disponível em:

<https://www.coopera1.com.br/institucional/historia/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

COOPERALFA. **Nossa História**. 2021. Disponível em: <http://www.cooperalfa.com.br/nossa-historia#>. Acesso em: 30 mar. 2021.

COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE. **Histórico**. 2021. Disponível em:

<http://cooperauriverde.com.br/historico>. 2021. Acesso em: 30 mar. 2021.

COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE. **JovemCoop**. Programas Sociais, 2020.

Disponível em: <http://cooperauriverde.com.br/jovemcoop>. Acesso em: 30 mar. 2021

CUNHA PORÃ. **É realizado o primeiro dia de curso de Jovens com o tema:**

“Bovinocultura de Leite”. 2021. Disponível em:

<https://www.cunhapora.sc.gov.br/noticias/ver/2021/08/e-realizado-o-primeiro-dia-de-curso-de-jovens-sobre-o-tema-bovinocultura-de-leite>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CUNHA PORÃ. **História de Cunha Porã**. 2013. Disponível em:

<https://www.cunhapora.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/12236>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CUNHA PORÃ. **Lei nº 258, de 6 de fevereiro de 1968**. Autoriza o Poder Executivo a Alugar Imóveis. 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/c/cunha-pora/lei-ordinaria/1968/26/258/lei-ordinaria-n-258-1968-autoriza-o-poder-executivo-a-alugar-imoveis?q=258>. Acesso em: 28 abr. 2021.

DENTZ, Eduardo von; ESPÍNDOLA, Carlos José. **Dinâmica produtiva da pecuária na Mesorregião Oeste Catarinense: Especialização e diversificação da produção no período de 2000 a 2017.** Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 175-196, Abril. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p175/39246>. Acesso em: 20 abr. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Imagens.** 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/imagens>. Acesso em: 15 abr. 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF).** Embrapa Florestas, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/florestas/transferencia-de-tecnologia/sistema-silvipastoril/tema>. Acesso em: 15 abr. 2021.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Jovens rurais de Cunha Porã são capacitados em bovinocultura de leite.** 2018. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2018/11/27/jovens-rurais-de-cunha-pora-sao-capacitados-em-bovinocultura-de-leite/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Cunha Porã abre nova turma para o curso Juventude Rural.** 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/01/09/cunha-pora-abre-nova-turma-para-o-curso-juventude-rural/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Jovens do Oeste Catarinense buscam capacitação em pecuária leiteira.** 2019. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2019/06/19/jovens-do-oeste-catarinense-buscam-capacitacao-em-pecuaria-leiteira/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Quem somos.** 2021. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/a-epagri/quem-somos/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FAGUNDES, Maria Helena. **Uma nova etapa da Instrução Normativa nº 51: a Região Centro-Sul.** Ano XV – Nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2006. Revista de Política Agrícola. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/62852/1/Paginas-de-pol-agr-02-20066-33-48-OK.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

FAO e IDF. 2013. **Guia de boas práticas na pecuária de leite.** Produção e Saúde Animal Diretrizes. 8. Roma. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ba0027pt/ba0027pt.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Reportagens dos programas Cooperativismo em Notícia e do Resenha do Cooperativismo e Agronegócio na TV.** 2021. Disponível em: <https://www.fecoagro.coop.br/reportagens-dos-programas-cooperativismo-em-noticia-e-do-resenha-do-cooperativismo-e-agronegocio-na-tv-10/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Fecoagro**: há 45 anos praticando e estimulando a intercooperação em SC. 2020. Disponível em: <https://www.fecoagro.coop.br/77020-2/> Acesso em: 12 mar. 2021.

FORNECK, Elisandra. **Formar um novo sujeito**: educação técnica e cooperativa na CooperAlfa (1977-1996). Dissertação (Mestrado em História Cultural). Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169438>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GOLO, Cristiomar. **Reconfigurações espaciais no Oeste Catarinense**: Considerações acerca do rural e do urbano (1917-2013). Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9397>. Acesso em: 10 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cunha Porã**. Pesquisas Pecuária. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cunha-pora/pesquisa/18/16459>. Acesso em: 18 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cunha Porã**. Panorama. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cunha-pora/panorama>. Acesso em: 18 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 74**. Sidra. Produção Agrícola Municipal. Geociências, Organização do Território, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/74#resultado>. Acesso em: 25 fev. 2021.

JOCHIMS, Felipe; DORIGON, Clovis; PORTES, Vagner Miranda. **O leite para o Oeste Catarinense**. Agropecuária Catarinense. Florianópolis, v.29, n.3, set./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/RAC/article/view/67/44>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MOTTER, Crislaine. **O agronegócio de carnes de aves e suínos e a especialização regional do oeste catarinense**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29981/1/AgronegocioCarnesAves.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 167-189. ISBN: 978-85-64905-42-9 (e-book). 978-85-64905-41-2 (e-pub).

OESTE SC NOTÍCIAS. **Cresol inaugura nova agência em Cunha Porã**. 2020. Disponível em: <https://oestescnoticias.com.br/oeste-noticias/regiao/cresol-inaugura-nova-agencia-em-cunha-pora/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ONGHERO, André Luiz. **Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina**. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH. Natal – RN. 22 a 26 de julho 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364480403_ARQUIVO_AndreLuizOngheroartigoANPUH2013.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **História do Cooperativismo**. 2020. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/história-do-cooperativismo>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Ramos do Cooperativismo**. 2020. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Números do Cooperativismo**. 2020. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/numeros>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do cooperativismo brasileiro 2020**. Disponível em:

https://d3351uupugsy2.cloudfront.net/cms/files/100931/1608152662Anuario_2020-vf.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Dados do Cooperativismo Catarinense**. 2020. Disponível em:

http://admin.ocesc.org.br/padrao_itens/arquivos/107.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Princípios. 2020. Disponível em: http://www.ocesc.org.br/secao/cooperativas_principios. Acesso em: 20 fev. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografia da Riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. *Interthesis*, Revista Internacional Interdisciplinar. UFSC. 2004. 55p.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 146-166. ISBN: 978-85-64905-42-9 (e-book). 978-85-64905-41-2 (e-pub).

REALTA. **A Realta**. 2021. Disponível em: <https://www.realtaalimentos.com.br/a-realta>. Acesso em: 30 mar. 2021.

RODRIGUES, Márcio Luiz; NEUMANN, Ronase Márcia. **Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950)**. XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em:

https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945020_e1b6e4efa662e484182f20ae09a3db3e.pdf. Acesso em: 02 mai. 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1). Disponível em:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/A%20natureza%20do%20Espa%C3%A7o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2011.

SCHEFFER, Sérgio Roberto. **A Secretaria dos Negócios do Oeste: Uma perspectiva de desenvolvimento (1963-1969)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Pós-Graduação em

História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3311/1/SCHEFFER.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SCHMITZ, Gabriela Miqueloto. **Cooperativismo agropecuário no Oeste Catarinense: Um estudo de caso da Cooperoeste**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1339/Gabriela_Miqueloto_Schmitz_15835121078437_1339.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Curso técnico em agronegócio: técnicas de produção animal**. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Rede e-Tec Brasil, SENAR (Organizadores). – Brasília: SENAR, 2015. 170 p.: il. (SENAR Formação Técnica) ISBN: 978-85-7664-095-0. Disponível em: Acesso em: 05 abr. 2021.

SESSÃO Ordinária do dia 12 de abril de 2021. **Cunha Porã: Câmara Municipal de Vereadores**, 2021. 1 vídeo (141 min). Facebook: @camaracunhapora. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?v=301013554828243>. Acesso em: 17 maio 2021.

SICREDI ALTO URUGUAI RS/SC/MG. **Histórico**. 2021. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/html/alto-uruguai/sobre/historico/.s/d>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SICCOOB CREDIAL. **Histórico da Cooperativa**. 2021. Disponível em: <https://www.siccoob.com.br/web/siccoobcredial/siccoob-credial>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SILVA F. C. A.; HEIDEN, F. C.; AGUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2ªed. rev. e atual. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/migracao.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

SILVA, Fernando João da. **A divisão político-administrativa do Estado de Santa Catarina: Do passado ao presente**. 2008. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial de Desenvolvimento Sócio-Ambiental). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/864/fernando_joao_da_silva.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

SILVA, Vanderley Porfírio da; MEDRADO, Moacir José Sales; NICODEMO, Maria Luiza Franceschi; DERETI, Rogério Morcelles. **Arborização de pastagens com espécies florestais madeireiras: implantação e manejo**. Colombo: Embrapa Florestas, 2009. 48 p. ISBN 978-85-89281-35-5. Disponível em: <https://www.embrapa.br/florestas/transferencia-de-tecnologia/sistema-silvipastoril>. Acesso em: 05 mar. 2021.

SILVESTRE, Aquino. **Leite: renda baixa e custo alto tiram produtores da atividade em MT**. Canal Rural, 2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/leite/leite-renda-baixa-tira-produtor/>. Acesso em: 05 mai. 2021.

SOARES, Márcia das Neves; MACÊDO, Alberto Jefferson da Silva; SILVA, Thaiano Iranildo de Sousa. **O associativismo e cooperativismo na bovinocultura leiteira, passado, presente e futuro:** revisão de literatura. *Nutritime Revista Eletrônica*, on-line, Viçosa, v.16, n.4, p.8488-8497, jul./ago, 2019. ISSN: 1983-9006. Disponível em: <https://www.nutritime.com.br/site/wp-content/uploads/2019/10/Artigo-494-1.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

STROPASOLAS, Vilmar Luiz. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar.** *Agriculturas* • v. 8 - n. 1 • março de 2011, pág. 28. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2019/10/artigo-5-4.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Modernização, território e relação campo-cidade:** Uma outra leitura da modernização da agricultura. *AGRÁRIA*, São Paulo, nº 6, pp. 83-95, 2007.

VALENTINI, Delmir José. Tropeiros, ervateiros e balseiros: memoráveis personagens da história do sertão catarinense. In: **Ágora.** Revista de divulgação científica, UnC, v. 6, n. 1, 1999, p. 79-89.

VALENTINI, Delmir José. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.). **História da Fronteira Sul.** Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 222-248. ISBN: 978-85-64905-42-9 (e-book). 978-85-64905-41-2 (e-pub).

VILELA, Duarte; RESENDE, João Cesar de; LEITE, José Bellini; ALVES, Eliseu. **A evolução do leite no Brasil em cinco décadas.** *Revista de Política Agrícola*. Ano XXVI – No 1 – Jan./Fev./Mar. 2017. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1243/1037>. Acesso em: 28 mar. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.